

AES Brasil.

Uma só energia.
Uma só atitude.

dm



R\$ **774** milhões de investimento

7,2 milhões de clientes

5,9 mil colaboradores próprios

Mais de **160** mil pessoas beneficiadas por projetos sociais

R\$ **3,2** bilhões de EBITDA

R\$ **1,9** bilhão de lucro líquido

50 mil GWh de energia vendida

14,6 mil GWh de energia gerada

5 mil km de rede de fibra óptica

 **AES Brasil**

AES Com Rio
AES Eletropaulo
AES Eletropaulo Telecom
AES Infoenergy
AES Sul
AES Tietê
AES Uruguaiana

Mensagem do Presidente

É com satisfação que compartilhamos nossos resultados de 2009. Em um cenário marcado por uma crise econômica mundial – iniciada em setembro de 2008, nossas empresas ampliaram seus investimentos visando à melhor qualidade na prestação de serviços e ao crescimento de seus negócios.

Ao longo de 2009, o Grupo AES Brasil investiu R\$ 774 milhões na manutenção e expansão do sistema elétrico da AES Eletropaulo e da AES Sul, na inovação tecnológica, na recuperação de perdas de energia na distribuição, na excelência operacional das usinas da AES Tietê e no desenvolvimento de novas tecnologias no segmento de telecomunicações por meio da AES Eletropaulo Telecom e da AES Com Rio. A AES Eletropaulo – a maior distribuidora de energia da América Latina – investiu R\$ 516 milhões, 13% acima do realizado em 2008.

Para 2010, renovamos nosso compromisso com a qualidade dos serviços prestados a nossos mais de 7 milhões de clientes em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e programamos investimentos de R\$ 1,1 bilhão, valor 42% superior a 2009. Desse total, R\$ 957 milhões se destinam às nossas atividades de distribuição de energia elétrica, com destaque à AES Eletropaulo, que investirá R\$ 691 milhões (34% superior a 2009), e à AES Sul, que ampliará seus investimentos para R\$ 266,5 milhões.

De forma a minimizar os impactos de condições climáticas mais severas em São Paulo, que afetaram em 2009 os indicadores de qualidade de nossos serviços, somados a nossos investimentos em automação na rede elétrica, a AES Eletropaulo está ampliando suas ações de manutenção, destacando-se o aumento em cerca de 50% das podas preventivas de árvores em sua área de concessão.

Visando a um melhor atendimento e à comunicação com nossos clientes, a AES Eletropaulo lançou em 2009 uma nova conta de energia, remodelou sua Agência Virtual e implementou o serviço via SMS Torpedo Fácil. A AES Sul realizou 2,3 mil ligações de clientes dentro do Programa Luz para Todos, que desde 2004 já beneficiou 25 mil clientes em sua área de concessão, e também lançou - neste início de 2010 - uma nova conta de energia.

A AES Tietê gerou no ano de 2009 1.662 MW médios de energia (1.510 MW médios, em 2008) e investiu R\$ 57 milhões na manutenção e confiabilidade de suas usinas e na construção de pequenas centrais hidroelétricas no Estado de São Paulo. Recentemente, demos entrada em processo de licenciamento ambiental para projeto termoelétrico de 500 MW, no Estado de São Paulo. Concluímos a estabilização financeira da AES Uruguiana e a redução dos contratos com as distribuidoras de energia elétrica, em vista da ausência de suprimento do gás contratado da Argentina.

Em telecomunicações, ampliamos a carteira de clientes da AES Eletropaulo Telecom e da AES Com Rio em 45% e 22%, respectivamente. Investimos R\$ 58 milhões em expansões, melhorias de rede e sistemas que contribuíram para melhorar o nível de atendimento a nossos clientes. Para atender à crescente demanda de tráfego, nossa capacidade de transmissão de dados foi expandida em 20%, atingindo 446 Gbps.

Em Segurança – nosso Valor número 1 – investimos R\$ 13,6 milhões em treinamento, melhoria de processos e compra de equipamentos de proteção individual e coletiva – voltados a nossos colaboradores próprios e terceiros - e em campanhas direcionadas à segurança da população sobre os riscos que envolvem a rede elétrica. Para 2010, estão planejados investimentos de R\$ 18,8 milhões, reforçando ainda mais as campanhas de segurança com a rede elétrica para a população.

Para a sustentabilidade dos negócios, investimos cerca de R\$ 10 milhões na formação de líderes, no desenvolvimento de sucessores e na capacitação de nossos profissionais, valor 10% superior ao investido em 2008. Encerramos o ano com 5,9 mil profissionais e aumentamos as oportunidades de crescimento para nossos colaboradores. Foram 325 vagas oferecidas internamente, 38% a mais do que em 2008. Conseguimos também atrair novos talentos do mercado, sendo que mais de 14 mil pessoas se inscreveram para 20 vagas no nosso programa de trainees.

Nossa atuação social ganhou mais abrangência com a inauguração, em Osasco, da sexta unidade da Casa de Cultura e Cidadania que, juntamente com as unidades já existentes em Caconde, Barra Bonita, Lins, São José do Rio Pardo e São Paulo, atendem cerca de 5,2 mil crianças e adolescentes em atividades culturais e esportivas e 1,5 mil jovens e adultos em oficinas de geração de renda e cursos profissionalizantes.

Na área ambiental, a AES Tietê já reflorestou 2,7 mil hectares (1,1 mil hectares em 2009) das Áreas de Preservação Permanente situadas no entorno dos reservatórios de suas dez usinas hidroelétricas. Em 2009, a AES Tietê produziu também 2,5 milhões de alevinos de sete espécies nativas do Rio Tietê, destinando-os aos seus reservatórios.

Em 2009, as empresas do Grupo AES Brasil apresentaram lucro líquido de R\$ 1,9 bilhão, 9,6% maior do que o do ano anterior (R\$ 1,7 bilhão). As distribuidoras de energia registraram lucro líquido de R\$ 1,2 bilhão (R\$ 1,1 bilhão da AES Eletropaulo e R\$ 157 milhões da AES Sul); as geradoras, R\$ 805 milhões (R\$ 780,2 milhões da AES Tietê e R\$ 25 milhões da AES Uruguiana) e as empresas de telecomunicações, R\$ 74 milhões (R\$ 37,6 milhões da AES Eletropaulo Telecom e R\$ 36 milhões da AES Com Rio). A AES Brasil obteve um EBTIDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 3,2 bilhões, valor similar ao de 2008.

O trabalho de todos os nossos colaboradores e parceiros, que tanto contribuíram para a performance de nossas empresas, foi reconhecido de várias formas, destacando-se:

- AES Brasil foi eleita uma das 20 empresas-modelo em Sustentabilidade, pelo Guia de Sustentabilidade da Revista Exame;
- AES Eletropaulo conquistou o Prêmio Nacional da Qualidade, concedido pela Fundação Nacional da Qualidade; foi eleita a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica na Satisfação do Cliente da Região Sudeste, conforme pesquisa realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica na apuração do Índice ANEEL de Satisfação do Cliente (IASC); e também foi reconhecida como a Empresa Mais Admirada do Setor de Fornecimento de Energia, pela Revista Carta Capital;
- AES Tietê e AES Eletropaulo Telecom receberam a Medalha de Prata no Prêmio Paulista de Qualidade;
- AES Sul conquistou o Troféu de Prata no Prêmio Gaúcho da Qualidade da Gestão.

A dedicação e o comprometimento de nossos colaboradores e o apoio de nossos clientes, fornecedores, instituições financeiras, órgãos reguladores, poder público e acionistas foram fundamentais em 2009 e serão imprescindíveis para vencermos os novos desafios de 2010 e para seguirmos contribuindo para o crescimento econômico e social brasileiro.

Britaldo Soares
Presidente da AES Brasil



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2009

Prezados Acionistas,

A administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("AES Eletropaulo") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as demonstrações contábeis acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009. As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e normas aplicáveis às concessionárias de Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

PERFIL

A AES Eletropaulo é responsável pelo fornecimento de energia elétrica a 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a Capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país. Maior distribuidora de energia elétrica da América do Sul em faturamento, a Companhia detém uma área de concessão de 4.526 km², com alta densidade demográfica e que concentra o maior PIB do Brasil. Para atender à demanda de 5,9 milhões de unidades consumidoras, a AES Eletropaulo, que conta com 4.360 colaboradores próprios, dispõe de uma estrutura com 149 subestações (136 estações transformadoras de distribuição, 9 estações do sistema de distribuição e 4 estações transformadoras subterrâneas de distribuição) e uma malha de cabos aéreos e subterrâneos de distribuição e subtransmissão de mais de 45 mil quilômetros, dos quais 1.737 km são linhas de subtransmissão, 2.883 km são rede de distribuição subterrâneas e 40.368 km de rede de distribuição aérea primária e secundária. Seus acionistas controladores, por meio das empresas AES Elpa S.A. e Companhia Brasileira de Energia, são a AES Corporation e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A AES Corporation é um dos maiores grupos mundiais na área de geração e distribuição de energia elétrica, emprega mais de 25 mil pessoas diretamente e está presente em 29 países. A AES Corporation detém 50,01% das ações ordinárias da Companhia Brasileira de Energia, com participação direta e indireta na AES Eletropaulo de 16,1%. O BNDES detém 49,99% das ações ordinárias da Companhia Brasileira de Energia e participação direta e indireta na AES Eletropaulo de 19,2%.

CONTEXTO SETORIAL

O setor elétrico brasileiro tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Além desses organismos, destacam-se, dentre os principais agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema (ONS), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado; a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor. O atual modelo do setor foi elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária. O principal marco deste modelo setorial foi a Lei nº 10.848, de março de 2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente a partir de uma fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão. Essa fórmula considera o repasse de custos não-gerenciáveis (encargos setoriais, custos de compra de energia para revenda e custos de transmissão) e corrige os custos gerenciáveis da Companhia (despesas operacionais, remuneração dos ativos e depreciação) pelo IGP-M dos 12 meses anteriores à data-base do reajuste da concessionária deduzidos do Fator-X.

No caso da AES Eletropaulo, a cada quatro anos é realizada uma revisão tarifária, que visa a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de energia em suas respectivas áreas de concessão. Dentre os principais pontos que são considerados pela ANEEL na metodologia de revisão tarifária estão a avaliação da base de ativos, os custos e despesas operacionais da empresa de referência, perdas regulatórias, depreciação e o custo médio de capital (WACC) que, aplicado sobre a base de ativos, determina a remuneração da Companhia.

Discussão sobre metodologia da Parcela A

Há uma discussão pública envolvendo regulador, distribuidoras e a sociedade sobre a neutralidade na metodologia de cálculo da Parcela A das distribuidoras, principalmente na questão que envolve a forma de cálculo nos períodos em que há crescimento ou redução do mercado real em relação ao de referência tomado nos cálculos. Esta metodologia de cálculo faz parte do contrato de concessão assinado por todas as 64 distribuidoras. Sendo assim, qualquer alteração de metodologia deve ser feita sob a forma de aditivo contratual ao contrato de concessão, ou seja, de maneira bilateral entre regulador e distribuidora. Em 02/02/2010, a ANEEL aprovou em reunião de diretoria uma proposta de aditivo contratual com as modificações na metodologia da Parcela A que envolvem os Encargos Setoriais. As propostas serão então submetidas para a aprovação das distribuidoras.

Revisão Tarifária Periódica de 2007

A Aneel homologou em 16 de junho de 2009 de forma definitiva a Revisão Tarifária Periódica de 2007 da Eletropaulo, em conformidade com a Resolução Homologatória nº 832/2009 e suportada pela Nota Técnica nº 201/2009-SRE. As principais alterações entre as Revisões Provisórias de 2007 e 2008. Consulta Pública 030/09 e Revisão Definitiva estão no quadro abaixo e descritas em seguida.

| Descrição | Provisória 2007 | Provisória 2008 | Consulta Pública | Definitiva |
|--|-----------------|-----------------|------------------|----------------|
| Empresa de Referência | 852,5 | 852,5 | 749,5 | 786,2 |
| Receitas Irrecuperáveis | 49,4 | 59,3 | 58,4 | 88,2 |
| % Receitas Irrecuperáveis | 0,50% | 0,60% | 0,60% | 0,90% |
| Base de Remuneração Regulatória Líquida | 4.700,2 | 4.700,2 | 4.700,2 | 4.822,1 |
| WACC | 9,95% | 9,95% | 9,95% | 9,95% |
| Remuneração Bruta Capital | 708,6 | 708,6 | 708,6 | 727,0 |
| Base de Remuneração Regulatória Bruta | 11.101,6 | 11.101,6 | 11.101,6 | 10.879,9 |
| Tx. de Depreciação | 4,31% | 4,32% | 4,32% | 4,32% |
| Quota de Reintegração | 478,5 | 479,6 | 479,6 | 470,0 |
| Total Parcela B | 2.089,0 | 2.100,0 | 1.996,2 | 2.071,4 |
| Outras Receitas | 42,6 | 42,6 | 42,6 | 42,6 |
| Parcela B - Outras Receitas | 2.046,4 | 2.057,4 | 1.953,5 | 2.028,7 |
| Perdas Regulatórias Iniciais % | 12,77% | 12,77% | 12,51% | 12,51% |
| Perdas Regulatórias GWh | 5.822,1 | 5.830,4 | 5.693,3 | 5.693,3 |
| Reposicionamento Tarifário | -7,92% | -7,59% | -9,01% | -8,07% |
| Fator Xe | 2,42% | 2,05% | 2,07% | 2,00% |
| Investimento Fator Xe | 1.796,3 | 1.796,3 | 1.651,9 | 1.651,9 |
| Perdas Regulatórias (sobre energia injetada na fronteira) | | | | |
| 2007-2008 | 12,77% | 12,77% | 12,51% | 12,51% |
| 2008-2009 | 12,77% | 12,77% | 12,51% | 12,51% |
| 2009-2010 | 12,77% | 12,77% | 12,32% | 12,32% |
| 2010-2011 | 12,77% | 12,77% | 12,13% | 12,13% |

- Empresa de Referência (ER)** - Modelo de estrutura de custos operacionais eficientes determinados pela ANEEL:
 - eliminação do conceito de região metropolitana, mudança de critério de consumidores cadastrados para consumidores faturados e aceitos os pleitos da AES Eletropaulo em Estrutura Central, Regional, Subterrânea e Consumo Próprio;
- Bases de Remuneração** - Investimentos válidos sobre os quais se aplica a taxa de retorno (WACC) e de depreciação:
 - as Bases de Remuneração Bruta e Líquida aprovadas na Revisão Definitiva foram de R\$ 10.879,9 milhões e R\$ 4.822,1 milhões, respectivamente;
- Receitas Irrecuperáveis** - Percentual de inadimplência que é repassado à tarifa dos consumidores:
 - de acordo com a Resolução normativa da ANEEL 338/08, a AES Eletropaulo está classificada no cluster 1 das empresas com direito ao percentual regulatório de 0,9%, que foi confirmada na Revisão Definitiva de 2007;
- Fator Xe** - Índice utilizado para compartilhar os ganhos de produtividade da distribuidora com os consumidores:
 - ANEEL aceitou o Plano de Investimentos informado pela AES Eletropaulo no valor de R\$ 1.651,9 milhões para o 2º ciclo (2007-2011), resultando em um Fator Xe de 2,00%.

Reajuste Tarifário de 2009

Em 30 de Junho de 2009, a ANEEL autorizou reajuste tarifário médio de 14,88% à AES Eletropaulo, aplicado em sua tarifa desde 4 de julho de 2009, conforme publicações da Resolução Homologatória nº 846/2009 e Nota Técnica nº 219/2009. Este reajuste consistiu em Reajuste Base e efeitos financeiros de acordo com a composição na tabela abaixo:

| Reajuste Tarifário 2009 | | |
|--|-------------------------|---------------|
| Parcela A | Encargos Setoriais | 2,49% |
| | Energia Comprada | 4,55% |
| | Encargos de Transmissão | 1,12% |
| | Parcela A | 8,16% |
| Parcela B | Reajuste Base | 0,09% |
| | Reajuste Base | 8,25% |
| Revisão Tarifária Periódica Definitiva de 2007 | | -0,54% |
| CVA Total | | 5,33% |
| Outros custos financeiros de Parcela A | | 0,21% |
| Outros custos financeiros de Parcela B | | -0,04% |
| Subsídios Tarifários | | 1,67% |
| | Reajuste total | 14,88% |

Esse aumento aplicado nas diversas classes de consumo apresentou os seguintes impactos percebidos pelos clientes:

| Classe de Consumo | Índice |
|----------------------|---------------|
| Alta Tensão Cativos | 14,33% |
| Baixa Tensão Cativos | 12,99% |
| Consumidores Livres | 7,26% |
| Média Total | 13,03% |

Parcela A

A Parcela A foi corrigida em 11,69%, o que representou participação positiva de 8,16% no reajuste base. Os principais aumentos foram de R\$ 1.235 milhões, R\$ 4.370 milhões e R\$ 1.067 milhões nos Encargos Setoriais, Custos com Energia Comprada e Encargos de transmissão, respectivamente.

Parcela B

O índice de ajuste da Parcela B foi de 0,31%, incremento de R\$ 8,1 milhões com a participação de 0,09% no reajuste base.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este Reajuste Tarifário totalizaram R\$ 615 milhões, entre os quais há aproximadamente R\$ 50 milhões negativos referentes à finalização do processo de Revisão Tarifária Periódica de 2007.

ATIVIDADES OPERACIONAIS

A área de concessão da Companhia conta com as mais diversas atividades econômicas, sejam elas industriais, comerciais ou serviços. Além disso, a extensão territorial de sua concessão é a de maior concentração populacional do País.

Atividade Comercial - Mercado

No ano de 2009, o mercado total da área de concessão da AES Eletropaulo, que inclui o consumo de clientes cativos e clientes livres, somou 41.269 GWh, valor estável na comparação com 2008. Para o mercado cativo foram distribuídos 34.436 GWh, crescimento de 1,7%. Esse crescimento é explicado pelo maior volume das classes residencial e comercial (com 4,1% e 4,4% de acréscimo respectivamente), efeito compensado parcialmente pela queda, de 8,0%, no consumo dos clientes industriais que sofreram com os efeitos da crise financeira global. Para os clientes livres, também impactados pela crise, foram entregues 6.832 GWh em 2009, uma redução de 7,3% na comparação com o ano anterior. O desempenho do mercado total da AES Eletropaulo, foi superior ao apresentado pela região Sudeste, onde está localizada, cujo desempenho no ano foi uma queda de 2,4%. Nosso desempenho também foi superior na comparação com o mercado total do Brasil, que apresentou decréscimo de 1,1%, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Clientes Residenciais - O consumo da classe residencial cresceu 4,1% na comparação anual. Tal aumento é explicado, principalmente, por: (i) incremento no número de consumidores faturados (167 mil novas unidades consumidoras nos últimos 12 meses); e (ii) elevação da renda real (expansão de 3,2% em 2009, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Emprego - PME do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - e consequente aumento da capacidade de consumo da população.

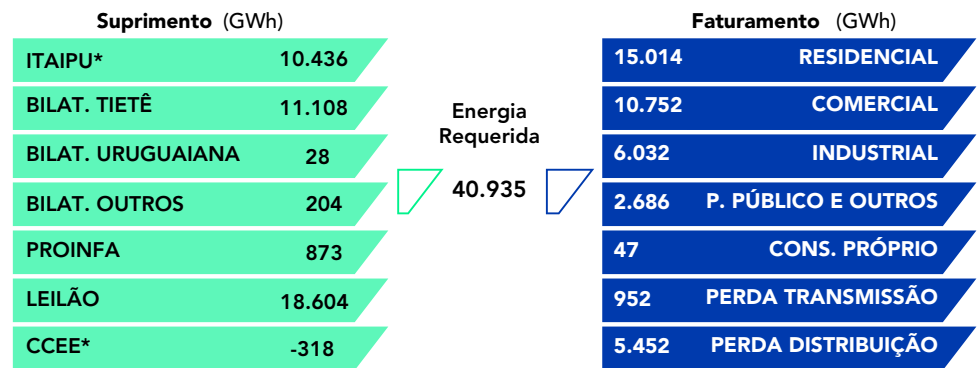
Clientes Comerciais - A alta de 4,4% no consumo da classe comercial. O consumo foi estimulado principalmente por incentivos fiscais como a redução do imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os eletrodomésticos, material de construção civil e automóveis. As vendas físicas do varejo (conceito ampliado) na Região Metropolitana de São Paulo apresentaram alta de 7,1% na comparação de janeiro a novembro de 2009 com igual período de 2008, segundo a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE.

Clientes Industriais - Foram distribuídos 6.032 GWh aos clientes industriais cativos da AES Eletropaulo em 2009, uma retração de 8,0% frente ao volume de 2008. A retração da classe industrial deveu-se a queda na produção decorrente dos efeitos da crise financeira global. Segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, entre jan-nov/09, a produção industrial no Estado de São Paulo apresentou queda de 10,4% ante igual período de 2008. As maiores reduções ocorreram nos setores de produtos metalúrgicos (-29,8%) e veículos automotores (-18,5%), que representam aproximadamente 12% e 8% do consumo industrial cativo da Companhia, respectivamente.

Outros Clientes (consumidores rurais, iluminação pública, poderes públicos, tração elétrica, água/esgoto) - O consumo cativo das demais classes foi de 2.638 GWh em 2009, crescimento de 2,5% ante 2008.

Clientes Livres - O consumo dos clientes livres da área de concessão da AES Eletropaulo montou 6.832 GWh, uma redução de 7,3% frente ao total consumido em 2008. Durante o ano, ocorreu a migração de 6 unidades consumidoras, para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) e o retorno de 5 unidades, para o Ambiente de Contratação Regulado (ACR). O efeito líquido da movimentação foi de 25 GWh a mais no ACR e consequentemente a redução do mesmo volume no ACL.

Suprimento de Energia



*Estes contratos diferem do apresentado no balanço, pois os valores contábeis de energia são apurados antes da liquidação real do CCEE.

O volume de compra de energia é calculado com base em projeções de consumo para os próximos anos. A estratégia de suprimento da AES Eletropaulo baseia-se na manutenção do nível de contratação entre 100% e 103% da demanda projetada, de forma a evitar penalidades, já que todos os custos dentro desse intervalo são repassados nas datas de Reajuste ou Revisão Tarifária. até esse patamar. Em 2009, a AES Eletropaulo encerrou o ano com nível de contratação de 100,6%.

Em função do começo de suprimento do 9º leilão de ajuste em março de 2009, a AES Eletropaulo teve sobre 318 GWh no acumulado do ano de 2009, este montante foi vendido através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) a um PLD médio (preço de liquidação de diferenças) de R\$ 46,96/MWh.

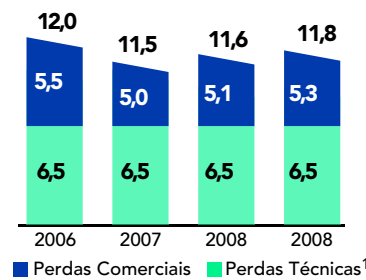
Perdas e Arrecadação

As Perdas de Distribuição são calculadas com base no "Critério de Perdas Físicas", que considera o total de suprimento de energia medido na fronteira nos últimos 12 meses (46.980 GWh). O total de perdas é um percentual desse montante, deduzindo-se energias retroativas faturadas relativas à recuperação de fraudes. Com base nessa metodologia, a perda física apurada nos últimos 12 meses foi de 11,8%, sendo dividida em perdas técnicas (6,5%) e comerciais (5,3%).

O aumento de 0,23% nas perdas totais da empresa é percebido na comparação de 2009 com igual período do ano anterior. As principais variações desse indicador ocorreram em virtude: (i) do menor volume de energia de outros sistemas que transitam pela rede da AES Eletropaulo; (ii) menor número de dias de faturamento no mercado cativo e deslocamento entre compra e venda de energia em função da escala de faturamento; e (iii) crescimento de perdas comerciais em 2009.

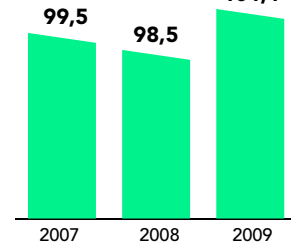
Em 2009 a AES Eletropaulo realizou 336,0 mil inspeções de combate à fraude e anomalias, nas quais foram encontradas 41,8 mil irregularidades. Foram regularizadas também 80,2 mil ligações informais (clandestinas), sendo o melhor resultado obtido na série histórica, medida desde 2003. Para efeito de comparação, em 2008 foram regularizadas 434,6 mil inspeções em que se encontraram 58,4 mil irregularidades, tendo sido regularizadas 74,5 mil ligações clandestinas.

Perdas



1 - Perdas Técnicas atuais utilizadas retroativamente como referência.

Arrecadação (%)



A partir de janeiro de 2009, o cálculo da taxa de arrecadação considera a arrecadação mensal efetiva, dividida pela soma da receita de fornecimento, encargos e receitas de serviços constantes da fatura do consumidor, além do consumo "não-faturado". A metodologia antiga considerava apenas o fornecimento de energia. Com exceção de 2007, os dados aqui apresentados já consideram a nova metodologia para efeito de comparação. No ano de 2009, a taxa de arrecadação total foi de 101,1%, 2,6 pontos percentuais maior do que no ano de 2008, que fechou com 98,5%. O incremento da arrecadação é explicado principalmente: (i) pela recuperação dos patamares de arrecadação após o período de implantação e estabilização do sistema de faturamento (CCS), ocorrido no início de 2008; (ii) pelo recebimento da 1ª parcela do acordo com a Prefeitura de São Paulo, no valor de R\$ 117,8 milhões (0,9% da taxa de arrecadação de 2009); e (iii) pelo recebimento da Eletrobrás de subsídio baixa renda, que estava repassado desde abril de 2007, representando cerca de 0,3% deste percentual. Desconsiderando-se os dois últimos efeitos não-recorrentes, a taxa de arrecadação teria sido de 99,9%.

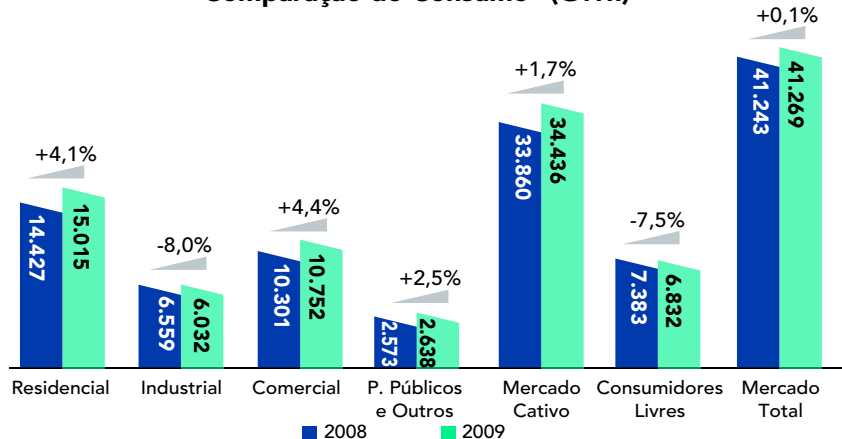
Relacionamento com Clientes

O ano de 2009 foi um ano de muitas conquistas para os clientes da AES Eletropaulo: uma nova conta de energia, um website renovado proporcionando diferentes serviços, novos produtos eletrônicos como o SMS para informar falta de luz, solicitar segunda via de conta ou religar a energia. Diversas ações de melhoria de satisfação dos clientes foram implantadas e apoiadas pelo Plano Integral de Satisfação de Clientes. Tal plano analisou em profundidade os processos de atendimento, identificando as mais diversas causas raízes e propôs mais de 200 ações para serem implantadas no período 2009 a 2011, de forma a viabilizar o objetivo estratégico de estarmos entre as cinco melhores empresas na satisfação dos clientes, de acordo com a Pesquisa da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia - ABRADEE. No ano, 143 ações já foram finalizadas e implantadas. Podemos destacar as seguintes ações:

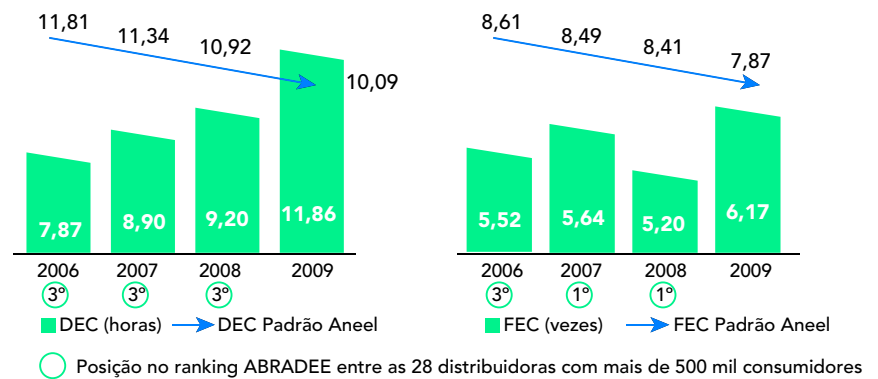
- Lançamento da nova marca e de nova conta, jeito AES de atender
- Pesquisa online ABRADEE e pesquisas automatizadas em todos os canais de atendimento
- Planos de treinamento para equipes de atendimento e para coordenadores
- Implantação novo modelo de gestão na rede de atendimento
- Reestruturação do call center
- Novo website
- Serviços SMS (falta de luz, 2ª via de conta e religação de energia)
- Atendimento via chat
- Ferramenta de monitoramento redes sociais
- Eventos AES Eletropaulo na comunidade
- Campanhas de iluminação pública, segurança com a população, economia de energia, Direitos e deveres
- Projetos de Eficiência Energética.

Tais feitos já trouxeram resultados positivos em 2009, quando a AES Eletropaulo recebeu o prêmio IASC (Índice Aneel de Satisfação de Clientes) sendo considerada a melhor distribuidora de energia da região sudeste entre as distribuidoras com mais de 500 mil consumidores. Também ficou em terceiro no ranking nacional, com a nota 71,51. A Aneel, que realiza esta pesquisa diretamente com os clientes, reconheceu a melhoria da qualidade no atendimento aos clientes da AES Eletropaulo, o que reforça a confiança de que a Companhia está no caminho certo para ser a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Brasil até 2011.

Comparação do Consumo* (GWh)



Indicadores de Qualidade



● DEC (horas) → DEC Padrão Aneel
● FEC (vezes) → FEC Padrão Aneel
○ Posição no ranking ABRADEE entre as 28 distribuidoras com mais de 500 mil consumidores

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2009

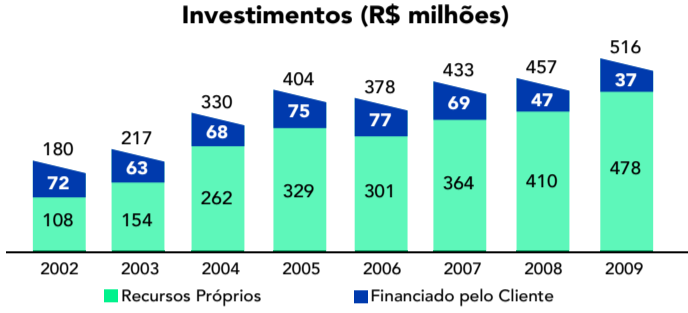
Os critérios de cálculo de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) são determinados por meio da Resolução Aneel nº 024, de 27 de janeiro de 2000. Consideram, para o cálculo dos indicadores, interrupções acima de 3 minutos e são expurgados os dias com volume atípico de ocorrências.

Em 2009, os índices DEC e FEC foram de, respectivamente, 11,86 e 6,17, o que representa aumento dos indicadores em relação ao ano anterior. O ano de 2009 apresentou índice pluviométrico 26% maior do que em 2008. Essa condição foi mais crítica no segundo semestre, com crescimento de 46% de dias com chuvas e de 100% no índice pluviométrico na comparação anual.

Tais fatos refletiram na rede de distribuição da AES Eletropaulo, com o aumento de 33% das ocorrências na rede primária de distribuição na comparação com 2008, esses eventos envolvem um número maior de clientes e exigem esforço de reparo maior, contribuindo dessa forma para a variação dos indicadores.

De forma a evitar penalidades, a Companhia vem intensificando ações para melhorar os indicadores, dentre elas destacam-se: (i) a menor quantidade de deslocamentos improdutivos (redução para 22% do total de ocorrências em dezembro de 2009, ante 32% do ano anterior) com destaque para o *call back*, que consiste em retornar a ligação para averiguar se a reclamação ainda procede; (ii) ampliação da quantidade de turnas de emergência; e (iii) reestruturação do plano de poda de árvores, tendo em vista que acidentes desta natureza correspondem a 24% do DEC e 22% do FEC.

INVESTIMENTOS



A AES Eletropaulo investiu R\$ 515,7 milhões em 2009, montante 12,9% superior ao investido no ano anterior. Do total de investimentos de 2009, R\$ 37,4 milhões corresponderam a projetos financiados por consumidores e R\$ 478,3 milhões foram investidos com recursos próprios.

| Investimentos - R\$ milhões | 2008 | 2009 | Var. (%) 2009x2008 |
|---|--------------|--------------|-----------------------|
| Serviço ao Consumidor e Expansão do Sistema | 203,3 | 226,2 | 11,3% |
| Manutenção | 84,0 | 120,7 | 43,7% |
| Recuperação de Perdas | 53,8 | 76,1 | 41,4% |
| Tecnologia da Informação | 21,9 | 25,8 | 17,8% |
| Outros | 46,5 | 29,5 | -36,7% |
| Total (c/recursos próprios) | 409,5 | 478,3 | 16,8% |
| Financiado pelo cliente | 47,1 | 37,4 | -20,7% |
| Total | 456,7 | 515,7 | 12,9% |

* A Companhia projeta investir R\$ 691,0 milhões no ano de 2010, sendo R\$ 53,9 milhões financiados pelos clientes.

Principais Investimentos - 2009

Expansão do Sistema e Serviços ao Consumidor

- R\$ 96,2 milhões destinados à expansão, incluindo a finalização de 2 subestações Tiradentes e Tenente Marques, com incremento de 191 MVA na capacidade instalada do sistema, obra que beneficia cerca de 193,8 mil clientes; e rede de distribuição aérea e subterrânea de média tensão com a inauguração de 16 novos circuitos e reconstrução de 8 circuitos existentes;
- R\$ 130,1 milhões em serviços ao consumidor, destinados à ligação de 195,4 mil novos clientes residenciais, comerciais, industriais, etc. no ano de 2009 resultando no crescimento de 1,3% na capacidade de demanda máxima do sistema sem sobrecarga ou deterioração dos serviços prestados que atingiu 7.594,6 MW.

Recuperação de Perdas

- Regularizações: Em 2009 foram regularizadas 80.177 ligações em 150 núcleos da área de concessão da AES Eletropaulo, beneficiando 321 mil pessoas, com investimento médio por cliente de R\$ 409,5 em material e mão de obra contratada.
- Inspecções e detecção de fraudes e anomalias: Em 2009 foram realizadas 336,0 mil inspecções e detecção de 41,8 mil fraudes. Neste período, a Companhia centralizou parte das equipes de fraude para outros projetos de curto prazo e maior valor agregado de recuperação de perdas, como recuperação de instalações em conjuntos habitacionais e regularização de problemas com medidores eletrônicos do projeto de medição reativa.

Manutenção

- Foram investidos R\$ 120,7 milhões em projetos relacionados à manutenção de redes e linhas, modernização da subtransmissão, automação do sistema elétrico, modernização do sistema subterrâneo e aquisição/substituição de equipamentos de campo.

Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominada de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e Almoarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela "B" da Receita Requerida - RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 832, de 16/06/2009, se atualizados pelo IGPM nos reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

| Componentes do Investimento Remunerável (R\$) | Revisão ** (jul/07) | Reajuste (jul/08) | Reajuste (jul/09) |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|
| a) Ativo imobilizado em Serviço Bruto | 13.217.890.911 | 14.994.802.454 | 15.223.404.824 |
| b1) (-) Depreciação Acumulada | 7.545.706.368 | 8.560.093.068 | 8.690.595.459 |
| b2) (-) Depreciação Acumulada % | 57,1% | 57,1% | 57,1% |
| c) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE | 882.723.672 | 1.001.390.250 | 1.016.656.885 |
| d) = Ativo Imobilizado em Serviço Líquido | 4.789.460.871 | 5.433.319.136 | 5.516.152.480 |
| e1) (+) Almoarifado | 30.231.000 | 34.295.023 | 34.817.866 |
| e2) (+) Ativo Diferido | 2.442.767 | 2.771.154 | 2.813.402 |
| f) = Investimento Remunerável (Base Remuneração) | 4.822.134.639 | 5.470.385.313 | 5.553.783.748 |
| g) (+) Investimento previsto no Xe | 1.652.000.000 | 1.652.000.000 | 1.652.000.000 |
| h) = Investimento total Remunerável na tarifa | 6.474.134.639 | 7.122.385.313 | 7.205.783.748 |
| i) Bens 100% depreciados | 1.204.947.121,42 | 1.366.930.940,37 | 1.387.770.404,83 |
| j) Variação do IGPM (RH Aneel/Reajuste Tarifário n°) | 1,00 | 1,13 | 1,15 |
| k) Cota de Depreciação - Taxa Média Anual % | 4,32% | 4,32% | 4,32% |

- a) Valor deduzido dos valores de Bens Administrativos, Veículos e Móveis e Utensílios
- b) Valor de depreciação acumulada
- d) Valor depreciado - obrigação especial (c)
- f) Valor depreciado (d) + almoarifado (e1) + ativo diferido (e2)
- g) Investimento previsto no Xe não foi atualizado pelo IGPM

() 2º ciclo de RTP - Junho de 2007**
Resolução Homologatória nº 832 - 16 de Junho de 2009
Valores extraídos da Nota Técnica 201 - Junho de 2009

Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

O Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é uma importante ferramenta para a Companhia promover a melhoria contínua na prestação do serviço, com a qualidade e a confiabilidade esperada por seus clientes.

Além de cumprir a exigência regulatória, a empresa investe em projetos relacionados aos processos técnicos, comerciais e operacionais; no desenvolvimento de tecnologias mais eficazes; na redução de impactos ambientais; na segurança de colaboradores e empregados terceirizados e na promoção de iniciativas sustentáveis para as comunidades. O programa gera incentivo ao aprendizado na organização e quebra paradigmas nas mais diversas áreas, refletindo positivamente no desempenho da Companhia. Em 2009 foram gastos R\$ 25,3 milhões em 80 projetos nas diversas áreas e segmentos citados.

O Programa Anual de Eficiência Energética (PEE) busca promover a conscientização e a mudança de comportamento dos clientes em relação ao uso da energia elétrica e desenvolve práticas de responsabilidade social, promovendo ações que tenham por objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica. A implementação ocorre por meio da modernização de equipamentos utilizados por clientes e da otimização de processos internos.

Os projetos estão compreendidos nos diferentes segmentos de mercado direcionados a clientes comerciais, industriais, comunidades de baixa renda, poderes públicos e serviços públicos. Em 2009 a AES Eletropaulo gastou R\$ 53 milhões em 52 projetos de Eficiência Energética.

Vale ressaltar que nos projetos que atendem às comunidades de baixa poder aquisitivo, a AES Eletropaulo bateu a marca histórica de 80.177 mil regularizações de instalações, beneficiando 320,7 mil pessoas em 150 comunidades carentes localizadas em sua área de concessão. Dentro do programa de Transformação de Consumidores em Clientes, houve a substituição de 5.026 mil geladeiras, 130 mil lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas e 600 reformas internas de instalações elétricas residenciais.

Nos outros projetos foram realizadas ações de eficiência energética nas instalações de hospitais, escolas, prédios públicos e túneis. Todas essas ações, além de contribuir para economia de energia elétrica e, consequentemente, ajudar os orçamentos de órgãos públicos, melhoram a qualidade de vida e de segurança das pessoas.

SAÚDE E SEGURANÇA

A AES Eletropaulo atende às normas de segurança previstas pela legislação brasileira e, além disto, segue as diretrizes da AES Corporation. A empresa mantém processos e treinamentos que visam a prevenção de acidentes que possam atingir seus colaboradores próprios e contratados, buscando contínua melhoria em seus índices de segurança.

Foi criado, em 2009, o comitê do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional (SGSSO), que tem como meta a implantação dos 25 padrões de segurança da AES Corporation em cada um dos escritórios regionais da AES Eletropaulo ainda em 2010.

O comitê do SGSSO está alinhado com as diretrizes da norma internacional OHSAS 18001 (Série de Avaliação de Segurança e Saúde Ocupacional). Desta forma, contempla a identificação e a avaliação dos perigos e riscos das atividades administrativas e operacionais da Companhia, estabelece metas e objetivos relacionados à saúde e à segurança e prevê treinamentos e conscientização da força de trabalho sobre a prevenção de acidentes e a análise crítica da alta administração sobre as ações adotadas.

SEGURANÇA COM A POPULAÇÃO

Anualmente, a AES Eletropaulo promove campanhas de informação e conscientização da população em relação ao uso seguro da energia elétrica, através de campanhas publicitárias voltadas principalmente aos públicos das classes C, D e E - segmentos em que os acidentes são mais comuns - com foco em temas como construção ou reforma de residências, instalação de antenas e brincadeiras com pipas.

Mensagens sobre o tema são veiculadas nas contas de luz, nos atendimentos realizados pelo call center, em cartazes expostos nas lojas de atendimento e na rede conveniada, no website da AES Eletropaulo e nos carros que compõem a frota da Companhia, que dispõem ainda de folhetos com orientações para o público em geral.

A Companhia também promoveu palestras em escolas, associações de bairro, empresas e lojas de material de construção para levar informações às crianças e operários da construção civil. Em 2009 foram realizadas 2.936 palestras para um público de 104.114 pessoas. Nesses encontros, os conferencistas - colaboradores da AES Eletropaulo - entregam jogos com intuito de reforçar o tema entre as crianças e folhetos com orientações para adultos. Além disto, a AES Eletropaulo participou da IV Semana Nacional de Segurança, promovida pela Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) em novembro de 2009.

EXCELÊNCIA NA GESTÃO

Em 2009, AES Eletropaulo foi vencedora Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ) promovido pela Fundação Nacional da Qualidade, elevando a Companhia à condição de empresa de classe mundial.

Essa conquista é fruto da evolução contínua da gestão da AES Eletropaulo e das vantagens competitivas da empresa, que se apoiam em:

- ✓ conduta e cultura baseadas em princípios organizacionais e nos valores: Segurança em primeiro lugar, Agir com Integridade, Honrar Compromissos, Buscar Excelência e Realizar-se no trabalho;
- ✓ respeito e valorização das partes interessadas: acionistas, clientes, colaboradores, comunidade, fornecedores e órgãos reguladores;
- ✓ adoção de práticas de gestão de governança corporativa, reconhecidas internacionalmente;
- ✓ qualidade da gestão com a adoção dos fundamentos da excelência, que dentre outras coisas incorporam: a formulação e implementação das estratégias, programa de melhoria para os processos do negócio, instrumentos de *benchmarking*, práticas de sustentabilidade e o sistema gerencial que permite assegurar o cumprimento do desempenho planejado, alcance dos objetivos e metas estabelecidos. Incluem-se os comitês: pessoas, segurança, ética, clientes, investimentos e P&D (Pesquisa e Desenvolvimento); e
- ✓ cultura de inovação alavancada no programa de Pesquisa & Desenvolvimento e no sistema de aprendizado organizacional.

Relacionamento com o Público Interno

O ano de 2009 foi marcado por um intenso trabalho de integração das políticas de Recursos Humanos e de automação dos processos para todas as empresas do grupo AES Brasil, permitindo maior coesão entre os programas e transparência no relacionamento com os colaboradores, abrindo novas oportunidades de crescimento profissional em todo o Grupo.

O enfoque desse trabalho encontra-se nas políticas de desenvolvimento de carreira, que incluem os processos de educação continuada, o estágio, o reconhecimento, cursos de idioma e participação em cursos e seminários. Entre os destaques estão a implementação do programa de crescimento profissional Siga Livre e o lançamento de um programa de reconhecimento dinâmico, gerencial e por valores. Para 2010, o desafio será garantir que os colaboradores façam uso de todas as ferramentas disponibilizadas por meio de um trabalho ativo de orientação.

A AES Eletropaulo encerrou o ano com 4.360 colaboradores próprios e contava com 7.191 colaboradores de empresas prestadoras de serviço, distribuídos em 21 unidades administrativas e operacionais e em 60 lojas e rede conveniada, localizadas na Grande São Paulo.

GESTÃO AMBIENTAL

A AES Eletropaulo adota como diretriz de seu sistema de gestão ambiental a Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho do Grupo AES no Brasil, que define compromissos que devem ser seguidos por todos os colaboradores da Empresa. Faz parte de sua política socioambiental a conscientização de colaboradores e da população, bem como investimentos em tecnologia e projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados à preservação da natureza.

Para atender a esses compromissos, foi desenvolvido o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) - certificado em conformidade à ISO 14001:2004 e integrado com o Sistema de Segurança e Saúde Ocupacional (SSO) da Companhia. O SGA também tem por princípio dar suporte às diretrizes da AES Corp sobre prevenção da poluição ambiental, e é auditado anualmente para confirmar a adesão a esses requisitos e às normas legais.

Em 2009, a AES Eletropaulo destinou cerca de R\$ 68,4 milhões a ações e projetos que geram benefícios ao meio ambiente e reduzem o impacto das atividades da concessionária.

GESTÃO SOCIAL

Em 2009, a AES Eletropaulo reforçou a identificação de seus projetos sociais à estratégia do Grupo AES, de criar valor para que todos seus *stakeholders* possam crescer de forma sustentável. Seus principais programas sociais já adotam essa linha, enfocando principalmente o desenvolvimento econômico e socioambiental das comunidades em que atua, por meio da educação, cultura e esportes, bem como através de negócios inclusivos e sociais. A Companhia também incentiva seus colaboradores a participarem de ações sociais voluntárias, promovendo sua interação com a comunidade.

Os principais projetos são:

• Casa de Cultura e Cidadania

Voltado principalmente a comunidades em situação de risco, a Casa da Cultura e Cidadania tem como objetivo o desenvolvimento de pessoas por meio de programas educacionais e atividades de lazer, a conscientização sobre o consumo responsável de água e energia elétrica e a orientação sobre os riscos que envolvem a rede elétrica. Em 2009, o projeto ganhou nova unidade - em Osasco - que se soma à da Vila Guacuru, em São Paulo, e beneficiou mais de 1,5 mil crianças, adolescentes e adultos.

• Centros Educacionais Infantis Luz e Lápiz

A AES Eletropaulo mantém, com recursos próprios, dois Centros Educacionais Infantis (CEIs) Luz e Lápiz, localizados em Santo Amaro e Guarapiranga, na cidade de São Paulo. Certificados como Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), os CEIs adotam a metodologia construtivista, que leva a criança a explorar e descobrir todas as possibilidades de seu corpo, sua capacidade de observar, pensar e agir, contribuindo para o exercício da cidadania. O público-alvo são crianças entre 1 ano e 5 anos e 11 meses, em situação de risco social ou que pertencem a famílias de baixa renda. Em 2009, foram beneficiadas 300 crianças.

• Programa Energia do Bem

Programa de voluntariado da AES Brasil, que tem como objetivo oferecer apoio e engajar seus colaboradores próprios e contratados que desejam, voluntariamente, contribuir para a transformação de comunidades onde a AES está inserida. O programa conta com um portal eletrônico, lançado em 2009, onde são divulgadas as oportunidades de voluntariado e as contrapartidas oferecidas pelo Grupo para facilitar o trabalho voluntário. Em 2009, foram realizadas campanhas que envolveram cerca de 600 voluntários e ajudaram mais de 40 instituições.

• AES Eletropaulo na Comunidade

Conscientizar e educar de forma interativa e lúdica as comunidades de baixa renda para o consumo consciente e seguro de energia elétrica é o objetivo do AES Eletropaulo na Comunidade.

Três módulos itinerantes - dois caminhões e uma estrutura de tendas - percorrem as cidades da área de concessão visitando as comunidades contempladas nos programa de regularização de ligações elétricas. Em 2009 os dois caminhões atenderam mais de 90 mil pessoas em diversas comunidades e escolas. Já a estrutura de tendas fica instalada por cerca de dois meses em uma comunidade regularizada e tem capacidade de atendimento de 96 pessoas em cada sessão, que dura duas horas. Em 2009, 60 mil pessoas passaram pelas tendas.

• Transformando Consumidores em Clientes

O programa visa a regularizar as ligações informais de energia elétrica, garantindo acesso seguro e eficiente à energia elétrica nas comunidades de baixa renda. Por meio do projeto - Transformando Consumidores em Clientes - são realizadas reformas das instalações elétricas externas e internas das residências, doações de padrão de entrada e instalação de ramal de ligação com cabo antifurto, bem como a iluminação de ruas e vielas.

Implementado há cinco anos, o projeto de regularização de ligações clandestinas atingiu em 2009 a marca de 356 mil regularizações, beneficiando 1,4 milhão de pessoas em 903 comunidades de baixa renda localizadas em sua área de concessão. Nesse ano, foram investidos R\$ 32 milhões em recursos próprios e outros R\$ 33 milhões do Programa de Eficiência Energética.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional

Em 2009, a receita operacional bruta atingiu R\$ 12.628,8 milhões, montante 7,5% superior ao registrado no ano anterior, principalmente em virtude do aumento de 1,7% no consumo cativo entre períodos e reajustes tarifários de +8,01% e de +14,88% aplicados a partir de julho de 2008 e julho de 2009, respectivamente.

Foram contabilizadas Deduções da Receita Operacional de R\$ 4.578,9 milhões no ano, o que representa incremento de 8,5% (R\$ 358,2 milhões) em relação às deduções de 2008. Estas variações decorrem, sobretudo, do aumento da receita de fornecimento entre os períodos considerados e, consequentemente, do incremento proporcional dos encargos tributários incidentes na receita (ICMS, PIS, COFINS e ISS).

Em 2009, a receita operacional líquida da AES Eletropaulo acumulou R\$ 8.049,9 milhões, quantia 6,9% ou R\$ 520,0 milhões superior à registrada em 2008, principalmente em função dos reajustes tarifários de 2008 e 2009 e da redução em Outras Receitas.

| Receita Operacional - R\$ milhões | 2008 | 2009 | Var. (%) 2009 x 2008 |
|-------------------------------------|------------------|------------------|-------------------------|
| Total Receita Bruta | 11.750,5 | 12.628,8 | 7,5% |
| Total de Deduções da Receita | (4.220,6) | (4.578,9) | 8,5% |
| Receita Líquida | 7.529,9 | 8.049,9 | 6,9% |

Custos e Despesas Operacionais

As despesas operacionais somaram R\$ 6.421,7 milhões no ano, montante 9,0% (R\$ 528,2 milhões) superior ao registrado no mesmo período de 2008, detalhadas a seguir:

| Despesas Operacionais - em R\$ milhões | 2008 | 2009 | Var. (%) 2009 x 2008 |
|--|----------------|----------------|-------------------------|
| Gastos da Parcela A | 4.700,3 | 5.110,1 | 8,7% |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda | 3.753,9 | 4.044,1 | 7,7% |
| Transmissão | 946,4 | 1.066,1 | 12,6% |
| PMSO | 1.193,2 | 1.311,6 | 9,9% |
| Pessoal + Entidade de Previdência Privada | 485,2 | 697,9 | 43,9% |
| Serviços de Terceiros | 293,0 | 323,4 | 10,4% |
| Materiais | 36,1 | 30,4 | -15,8% |
| Outros | 379,0 | 259,9 | -31,4% |
| Total | 5.893,5 | 6.421,7 | 9,0% |

Custos Operacionais

- A despesa com **energia elétrica comprada** teve acréscimo de 7,7% no ano, principalmente devido ao maior volume de energia comprada em leilões e aos aumentos nos custos com compra de energia de Itaipu e preço médio dos leilões.
- No ano de 2009, a despesa com **encargos do uso da rede elétrica e transmissão** foi 8,7% superior à de 2008, devido principalmente aos aumentos dos custos com encargos de Rede Básica e de Serviço do Sistema (ESS).

Pessoal

Os custos e despesas de pessoal aumentaram 43,9%, principalmente devido (i) aos aumentos dos custos com a entidade de previdência privada, conforme a expectativa atuarial e (ii) acordos e condenações trabalhistas. O custo de pessoal e encargos propriamente dito reduziu principalmente em função da adequação dos percentuais de capitalização que passaram de 21% em 2008 para 29% no segundo semestre de 2009.

| Pessoal - em R\$ milhões | 2008 | 2009 | Var. (%) 2009 x 2008 |
|------------------------------------|--------------|--------------|-------------------------|
| Pessoal e Encargos | 299,6 | 291,9 | -2,6% |
| Entidade de Previdência | 26,4 | 180,7 | 584,7% |
| Acordos e Condenações Trabalhistas | 159,2 | 225,3 | 41,6% |
| Total | 485,2 | 697,9 | 43,9% |

Outras Despesas Operacionais

As **outras despesas operacionais** apresentaram redução de 57,3%, totalizando R\$ 259,9 milhões em 2009, um decréscimo de R\$ 119,1 milhões quando comparadas a 2008. O principal destaque é a reversão de R\$ 76,7 milhões referente ao acordo com a Prefeitura de São Paulo, cujo 1º pagamento ocorreu em agosto de 2009.

| Outras Despesas Operacionais - em R\$ milhões | 2008 | 2009 | Var. (%) 2009 x 2008 |
|---|--------------|--------------|-------------------------|
| PCLD e Baixas | 134,8 | 45,6 | -66,2% |
| Provisão (Reversão) para contingências | 35,6 | 2,5 | -93,0% |
| Condenações e Acordos Judiciais | 81,2 | 72,5 | -10,7% |
| Demais * | 127,3 | 139,3 | 9,4% |
| Total | 379,0 | 259,9 | -31,4% |

* Arrendamentos e alugueis, indenizações, Perdas e Danos, Publicidade, Tarifas Bancárias, IPTU etc.



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2009

Outras Receitas e Despesas

Em 2009, as outras receitas e despesas totalizaram uma despesa de R\$ 54,9 milhões, comparada a uma receita de R\$ 59,6 milhões em 2008, esta última explicada pelo reconhecimento de créditos do FINSOCIAL no valor de R\$ 88,9 milhões naquele período.

EBITDA

O Ebitda no ano de 2009 foi de R\$ 1.573,3 milhões, valor 7,2% inferior ao apurado no ano de 2008. Esta redução foi resultado principalmente da combinação (i) do crescimento de 1,7% no mercado cativo, (ii) do efeito positivo de R\$ 76,7 milhões referente à 1ª parcela do acordo com a PMSP e (iii) aumento de R\$ 154,3 milhões no custo de entidade de previdência privada.

Resultado Financeiro

Em 2009, o Resultado Financeiro foi uma receita de R\$ 158,1 milhões, comparativamente a uma receita de R\$ 129,4 milhões, verificada em 2008. Os principais motivos desta variação foram: o efeito positivo da reversão de provisão no montante de R\$ 285,1 milhões referente a adesão ao Refis - Programa de Parcelamento Fiscal de Tributos Federais em 2009 e o efeito positivo de R\$ 210,2 milhões do reconhecimento de créditos de FINSOCIAL em 2008.

Resultado Líquido

No ano de 2009, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 1.063,1 milhões, comparado a R\$ 1.027,1 milhões em 2008, o que representa um acréscimo de R\$ 36,0 milhões. O desempenho é explicado essencialmente pelos efeitos positivos de R\$ 76,6 milhões do acordo com a PMSP e de R\$ 298 milhões da adesão ao REFIS, parcialmente compensados pelas maiores despesas com previdência privada e pelo efeito positivo nos resultados de 2008 decorrentes do Finsocial.

Remuneração aos Acionistas

Atendendo às exigências da Lei nº 11.638, a Companhia incluiu no saldo total da dívida de 2008, contratos de arrendamento mercantil e locação sob a rubrica de Leasing. Esses contratos aumentaram o saldo da dívida em R\$ 83,8 milhões em 2008 e R\$ 16,3 milhões em 2009, entretanto, para efeito de análise, esses valores não são considerados no saldo total da dívida.

Em 31 de dezembro de 2009, a dívida bruta da Companhia somava R\$ 4.469,0 milhões, valor 9,4% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2008 (R\$ 4.085,5 milhões).

No encerramento do exercício social de 2009, a dívida líquida totalizava R\$ 3.219,7 milhões, montante 26,6% inferior ao registrado em 31 de dezembro de 2008. A maior dívida líquida, na comparação com o saldo final de 2008, é explicada pela captação de R\$ 600 milhões, que foram utilizados de imediato para o pagamento de tributos - adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS. Ao final de 2009, as disponibilidades somavam R\$ 1.249,2 milhões, queda de R\$ 341,3 milhões ante 2008, variação que também refletiu na dívida líquida.

O custo médio equivalente da dívida total da AES Eletropaulo passou de CDI + 2,80% a.a., em 31 de dezembro de 2008, para CDI - 1,22% a.a. em igual período de 2009. A queda é explicada principalmente pela variação do IGPM, índice de correção da dívida com a Fundação Cesp (fundo de pensão), que representa cerca de 44% do saldo total da dívida, sendo seu custo correspondente a 55% do CDI médio do período.

O prazo médio da dívida total manteve-se praticamente em linha, variando de 7,1 anos, em 31 de dezembro de 2008, para 7,0 anos em 31 de dezembro de 2009. O patamar foi mantido em função da extensão de contrato com a Fundação Cesp e da captação acima citados.

O saldo em 31 de dezembro de 2009, da dívida denominada em dólares era de R\$ 105 mil denominada em dólares, representando menos de 0,002% de sua dívida total. A Companhia não mantém outras operações cambiais ou de derivativos.

| Dividendos 2009 (R\$ milhões) | |
|---|----------------|
| Lucro Líquido do Período - até 31/12/2009 | 1.063,2 |
| Realização Reserva Reavaliação - até 31/12/2009 | 73,5 |
| Saldo Líquido | 1.136,7 |
| Reserva Legal (5%) | (56,8) |
| Dividendos | 1.079,8 |
| Dividendos Intermediários Distribuídos | (322,7) |
| Juros Sobre Capital Próprio | (70,8) |
| Dividendos Complementares Propostos | (686,3) |
| Saldo Final | 0,0 |

Endividamento

Atendendo às exigências da Lei nº 11.638, a Companhia incluiu no saldo total da dívida de 2008, contratos de arrendamento mercantil e locação sob a rubrica de Leasing. Esses contratos aumentaram o saldo da dívida em R\$ 83,8 milhões em 2008 e R\$ 16,3 milhões em 2009, entretanto, para efeito de análise, esses valores não são considerados no saldo total da dívida.

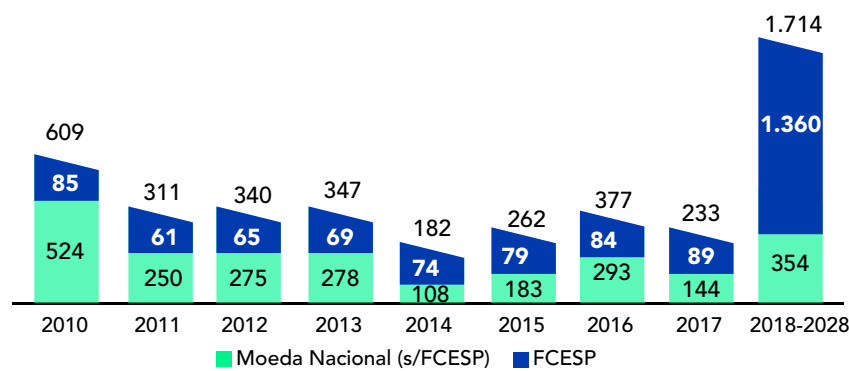
Em 31 de dezembro de 2009, a dívida bruta da Companhia somava R\$ 4.469,0 milhões, valor 9,4% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2008 (R\$ 4.085,5 milhões).

No encerramento do exercício social de 2009, a dívida líquida totalizava R\$ 3.219,7 milhões, montante 26,6% inferior ao registrado em 31 de dezembro de 2008. A maior dívida líquida, na comparação com o saldo final de 2008, é explicada pela captação de R\$ 600 milhões, que foram utilizados de imediato para o pagamento de tributos - adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS. Ao final de 2009, as disponibilidades somavam R\$ 1.249,2 milhões, queda de R\$ 341,3 milhões ante 2008, variação que também refletiu na dívida líquida.

O custo médio equivalente da dívida total da AES Eletropaulo passou de CDI + 2,80% a.a., em 31 de dezembro de 2008, para CDI - 1,22% a.a. em igual período de 2009. A queda é explicada principalmente pela variação do IGPM, índice de correção da dívida com a Fundação Cesp (fundo de pensão), que representa cerca de 44% do saldo total da dívida, sendo seu custo correspondente a 55% do CDI médio do período.

O prazo médio da dívida total manteve-se praticamente em linha, variando de 7,1 anos, em 31 de dezembro de 2008, para 7,0 anos em 31 de dezembro de 2009. O patamar foi mantido em função da extensão de contrato com a Fundação Cesp e da captação acima citados.

O saldo em 31 de dezembro de 2009, da dívida denominada em dólares era de R\$ 105 mil denominada em dólares, representando menos de 0,002% de sua dívida total. A Companhia não mantém outras operações cambiais ou de derivativos.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

Listada pela BM&Fbovespa entre as empresas com níveis diferenciados de governança corporativa, a AES Eletropaulo trabalha continuamente para aprimorar suas práticas de governança e, assim, criar valor para seus acionistas. Seus princípios e práticas são os estabelecidos pelo estatuto social e pelo manual de governança corporativa, disponibilizados para acesso público no site de relações com investidores da Companhia. Eles indicam os regulamentos e normas que servem de base para sua governança, e os órgãos responsáveis pela sua manutenção: o conselho de administração, a diretoria executiva, o conselho fiscal e a assembléia de acionistas.

A AES Eletropaulo integra o Nível 2 de governança corporativa da Bovespa desde 2004, e foi a sétima empresa a se comprometer com o regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa - nível 2. Seguindo as regras deste segmento, a Companhia já disponibiliza o balanço anual seguindo as normas norte-americanas; incluindo "tag along" de 100% para acionistas detentores de ações ordinárias (ON) e ações preferenciais tipo B (PNb), e 80% para detentores de ações preferenciais tipo A (PNa). Além disto as ações preferenciais passarão a ter a voto em algumas matérias, é prevista adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários; e finalmente, ter pelo menos 20% de membros independentes no conselho de administração.

Pelo quinto ano consecutivo, a Companhia integra a carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), que reúne as empresas que apresentam os melhores desempenhos sob o aspecto da sustentabilidade. Por ser subsidiária da AES Corp, Companhia de capital aberto com ações na Bolsa de Nova York, a AES Eletropaulo adequou seus controles à Lei Sarbanes-Oxley (SOX), cujo objetivo é assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras de empresas que negociam ações no mercado norte-americano.

Todos os acionistas exercem seu direito a voto nas assembleias gerais ordinárias, realizadas anualmente, e nas extraordinárias, convocadas a qualquer tempo. Cada ação representa um voto nas assembleias, nas quais as decisões são tomadas com base na maioria dos votos.

SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

A AES Eletropaulo utiliza os serviços de Auditoria Independente da Ernst & Young Auditores Independentes. No decorrer do exercício, não foram contratados, da empresa quaisquer serviços não-relacionados à auditoria contábil, reforçando a impossibilidade de ocorrência de algum tipo de conflito de interesses.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA - AES ELETROPAULO

Em dezembro de 2009, o capital social da AES Eletropaulo era de R\$ 1.057,6 milhões representado por 66.604.817 ações ordinárias (39,8% do total) e 100.739.070 ações preferenciais (60,2% do total), com um free float total de 94.006.480 ações (56,18% do total). Ao final do exercício, a Empresa contava com aproximadamente 53 mil acionistas.

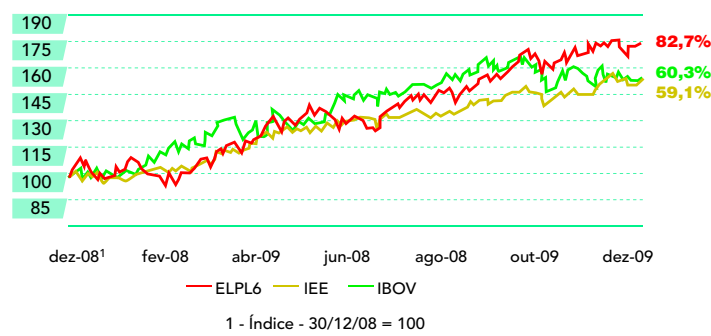
| Acionista | ON | % | PNA | % | PNB | % | Total | % |
|----------------------------|-------------------|----------------|------------------|----------------|-------------------|----------------|--------------------|----------------|
| AES ELPA | 51.825.798 | 77,81% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 51.825.798 | 30,97% |
| União Federal | 13.342.384 | 20,03% | 258 | 0,01% | 0 | 0,00% | 13.342.642 | 7,97% |
| Cia. Brasileira de Energia | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 7.434.390 | 7,56% | 7.434.390 | 4,44% |
| BNDES | 1 | 0,00% | 0 | 0,00% | 734.576 | 0,75% | 734.577 | 0,44% |
| Outros (Free Float) | 1.436.634 | 2,16% | 2.369.091 | 99,99% | 90.200.755 | 91,70% | 94.006.480 | 56,18% |
| Total | 66.604.817 | 100,00% | 2.369.349 | 100,00% | 98.369.721 | 100,00% | 167.343.887 | 100,00% |

MERCADO DE CAPITAIS

As ações preferenciais classe B (ELPL6) encerraram o ano cotadas a R\$ 34,50, desempenho positivo de 60,3% e as ações ELPL5, 61,5%. O desempenho foi inferior ao apresentado no mesmo período pelo Ibovespa (Índice da Bolsa de Valores de São Paulo) que valorizou 82,5% e em linha com IEE (Índice de Energia Elétrica) que apresentou ganhos de 59,1%.

A ação ELPL6 foi negociada em todos os pregões da BM&Fbovespa ao longo do ano. Os dados de liquidez mostram a realização de 417.149 negócios, envolvendo cerca de 164,6 milhões de ações preferenciais, com volume médio diário de R\$ 29,2 milhões no mercado à vista no decorrer do período. As cotações das ações ELPL5 e ELPL6 foram ajustadas com os valores dos dividendos declarados no período analisado.

AES Eletropaulo x Ibovespa x IEE
Base 100
12 meses



AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio e direcionamento do Conselho de Administração, que define as base da estratégia seguida, a dedicação de nossos colaboradores e a parceria de nossos clientes, fornecedores e acionistas, responsáveis pelas conquistas alcançadas pela AES Eletropaulo.

A Administração

BALANÇO SOCIAL

Em 2009, a AES Eletropaulo doou o equivalente a 1% do Imposto de Renda devido (R\$ 1,0 milhão) aos fundos municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. As prefeituras adimplentes com a Companhia receberam e repassaram essas contribuições a instituições de reconhecida atuação na área.

| 1 - Base de Cálculo | 2009 Valor (Mil reais) | | | 2008 Valor (Mil reais) | | |
|---|------------------------|----------------|---------------|------------------------|----------------|---------------|
| Receita líquida (RL) | 8.049.899 | | | 7.529.860 | | |
| Resultado operacional (RO) | 1.246.680 | | | 1.456.260 | | |
| Folha de pagamento bruta (FPB) | 835.981 | | | 587.119 | | |
| 2 - Indicadores Sociais Internos | Valor (mil) | % sobre FPB | % sobre RL | Valor (mil) | % sobre FPB | % sobre RL |
| Alimentação | 26.998 | 3,23% | 0,34% | 24.478 | 4,17% | 0,33% |
| Encargos sociais compulsórios | 82.305 | 9,85% | 1,02% | 74.330 | 12,66% | 0,99% |
| Previdência privada | 180.687 | 21,61% | 2,24% | 26.391 | 4,50% | 0,35% |
| Saúde | 27.457 | 3,28% | 0,34% | 25.853 | 4,40% | 0,34% |
| Segurança e saúde no trabalho | 9.045 | 1,08% | 0,11% | 10.795 | 1,84% | 0,14% |
| Educação | 1.387 | 0,17% | 0,02% | 2.036 | 0,35% | 0,03% |
| Cultura | - | 0,00% | 0,00% | - | 0,00% | 0,00% |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 1.908 | 0,23% | 0,02% | 1.035 | 0,18% | 0,01% |
| Creches ou auxílio-creche | 754 | 0,09% | 0,01% | 681 | 0,12% | 0,01% |
| Participação nos lucros ou resultados | 42.778 | 5,12% | 0,53% | 50.016 | 8,52% | 0,66% |
| Outros | 22.375 | 2,68% | 0,28% | 20.395 | 3,47% | 0,27% |
| Total - Indicadores sociais internos | 395.694 | 47,33% | 4,92% | 236.010 | 40,20% | 3,13% |
| 3 - Indicadores Sociais Externos | Valor (mil) | % sobre RO | % sobre RL | Valor (mil) | % sobre RO | % sobre RL |
| Educação | 16.228 | 1,30% | 0,20% | 13.477 | 0,93% | 0,18% |
| Cultura | 5.176 | 0,42% | 0,06% | 6.676 | 0,46% | 0,09% |
| Saúde e saneamento | - | 0,00% | 0,00% | - | 0,00% | 0,00% |
| Esporte | 975 | 0,08% | 0,01% | 1.277 | 0,09% | 0,02% |
| Creches | 1.914 | 0,15% | 0,02% | 1.558 | 0,11% | 0,02% |
| Combate à fome e segurança alimentar | 2.080 | 0,17% | 0,03% | 1.754 | 0,12% | 0,02% |
| Outros | 10.538 | 0,85% | 0,13% | 10.465 | 0,72% | 0,14% |
| Total das contribuições para a sociedade | 36.911 | 2,96% | 0,46% | 35.207 | 2,42% | 0,47% |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | 3.677.657 | 295,00% | 45,69% | 3.282.389 | 225,40% | 43,59% |
| Total - Indicadores sociais externos | 3.714.568 | 297,96% | 46,14% | 3.317.596 | 227,82% | 44,06% |
| 4 - Indicadores Ambientais | Valor (mil) | % sobre RO | % sobre RL | Valor (mil) | % sobre RO | % sobre RL |
| Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa | 15.885 | 1,27% | 0,20% | 10.241 | 0,70% | 0,14% |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos | 52.528 | 4,21% | 0,65% | 55.026 | 3,78% | 0,73% |
| Total dos investimentos em meio ambiente | 68.413 | 5,49% | 0,85% | 65.267 | 4,48% | 0,87% |

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa

| | | | |
|-----------------------|-------------------------|-----------------------|-------------------------|
| () não possui metas | () cumpre de 51 a 75% | () não possui metas | () cumpre de 51 a 75% |
| () cumpre de 0 a 50% | (x) cumpre de 76 a 100% | () cumpre de 0 a 50% | (x) cumpre de 76 a 100% |

| 5 - Indicadores do Corpo Funcional | 2009 | | 2008 | | | | | | | |
|--|-------------------------------|------------------------------|-------------------------------|----------------------------|-------------------------------------|----------------|-------------|------------------|----------------|-------------|
| Nº de empregados(as) ao final do período | 4.360 | | 4.141 | | | | | | | |
| Nº de admissões durante o período | 516 | | 283 | | | | | | | |
| Nº de empregados(as) terceirizados(as) | 7.191 | | 6.368 | | | | | | | |
| Nº de estagiários(as) | 62 | | 60 | | | | | | | |
| Nº de empregados(as) acima de 45 anos | 678 | | 721 | | | | | | | |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa | 890 | | 825 | | | | | | | |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres | 20,70% | | 22,00% | | | | | | | |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa | 633 | | 410 | | | | | | | |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as) | 6,00% | | 1,00% | | | | | | | |
| Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais | 60 | | 59 | | | | | | | |
| 6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial | 2009 | | Metas 2010 | | | | | | | |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa | 57,98 | | 0 | | | | | | | |
| Número total de acidentes de trabalho | 13 | | 0 | | | | | | | |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa | () direção e gerências | (x) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | (x) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | | | | | |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: | (x) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | () todos(as) + Cipa | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) + Cipa | | | | | |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: | () não se envolve | () segue as normas da OIT | (x) incentiva e segue a OIT | () não se envolverá | () seguirá as normas da OIT | | | | | |
| A previdência privada contempla: | () direção e gerências | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) | | | | | |
| A participação dos lucros ou resultados contempla: | () direção e gerências | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) | () direção e gerências | (x) todos(as) empregados(as) | | | | | |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: | () não são considerados | () são sugeridos | (x) são exigidos | () não serão considerados | (x) serão sugeridos | | | | | |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: | () não se envolve | () apóia | (x) organiza e incentiva | () não se envolverá | () apoiará | | | | | |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): | na empresa 27.204 | no Procon 5.045 | na Justiça 3.416 | na empresa 0 | no Procon 0 | | | | | |
| % de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: | na empresa 67% | no Procon 57% | na Justiça 39% | na empresa 0 | no Procon 0 | | | | | |
| Valor adicionado total a distribuir (R\$ mil): | Em 2009: R\$ 6.623.838 | | Em 2008: R\$ 6.054.547 | | | | | | | |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA): | 68,0% governo | 9,5% colaboradores(as) | 71,3% governo | 7,1% colaboradores(as) | 16,3% acionistas | 5,2% terceiros | 1,0% retido | 17,2% acionistas | 3,5% terceiros | 0,9% retido |

BALANÇO PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Em milhares de reais - R\$)

| | Notas | 2009 | 2008 | | Notas | 2009 | 2008 |
|--|-------|-------------------|-------------------|--|-------|-------------------|-------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | | | | PASSIVO CIRCULANTE | | | |
| Disponibilidades | 5 | 88.948 | 54.664 | Fornecedores | 17 | 829.647 | 808.954 |
| Aplicações financeiras | 5 | 1.160.297 | 1.535.867 | Folha de pagamento | | 1.787 | 3.382 |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 6 | 1.433.743 | 1.323.807 | Tributos e contribuições sociais | 18 | 465.466 | 568.781 |
| Tributos e contribuições sociais a compensar | 7 | 295.113 | 384.039 | Tributos e contribuições sociais diferidos | 8 | 37.196 | 30.475 |
| Tributos e contribuições sociais diferidos | 8 | 240.031 | 297.730 | Empréstimos, financiamentos e debêntures | 19 | 530.627 | 50.430 |
| Serviços prestados | 9 | 20.263 | 22.873 | Encargos de dívidas | 19 | 93.198 | 100.497 |
| Almozarifado | 10 | 2.152 | 3.494 | Obrigações com entidade de previdência privada | 20 | 84.839 | 258.385 |
| Contas a receber - Acordos | 11 | 171.063 | 91.018 | Obrigações estimadas | 21 | 76.459 | 77.093 |
| Outros créditos | 12 | 131.814 | 96.095 | Provisões para litígios e contingências | 22 | 269.702 | 229.778 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 13 | (326.064) | (209.576) | Dividendos | 27 | 699.171 | 620.711 |
| Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA | 14 | 369.380 | 349.550 | Juros sobre capital próprio - TJLP | 27 | 62.895 | 60.665 |
| Despesas pagas antecipadamente | 14 | 2.159 | 2.113 | Encargos tarifários e do consumidor a recolher | 23 | 48.068 | 77.338 |
| Total do circulante | | 3.641.890 | 3.997.505 | Operações de swap cambial | 38 | - | 20.195 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA | 14 | 146.845 | 96.141 |
| Realizável a Longo Prazo | | | | Pesquisa e Desenvolvimento | 24 | 208.142 | 237.041 |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 6 | 5.156 | 7.951 | Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip | | 41.109 | 25.806 |
| Tributos e contribuições sociais a compensar | 7 | 85.780 | 80.424 | Contas a pagar (Banco Santos) | 38 | - | 151.200 |
| Tributos e contribuições sociais diferidos | 8 | 714.587 | 873.586 | Outras obrigações | 25 | 83.472 | 126.158 |
| Cauções e depósitos vinculados | 22 | 440.860 | 539.549 | Total do circulante | | 3.678.423 | 3.543.030 |
| Contas a receber - Acordos | 11 | 256.497 | 128.192 | NÃO CIRCULANTE | | | |
| Outros créditos | 12 | 141.321 | 159.273 | Tributos e contribuições sociais | 18 | 47 | 38.420 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 13 | (213.768) | (71.985) | Tributos e contribuições sociais diferidos | 8 | 477.302 | 524.834 |
| Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA | 14 | 74.624 | 152.370 | Empréstimos, financiamentos e debêntures | 19 | 1.895.995 | 1.893.950 |
| Investimentos | 15 | 1.505.057 | 1.869.360 | Obrigações com entidade de previdência privada | 20 | 1.880.681 | 1.865.980 |
| Imobilizado - líquido | 16 | 6.518.041 | 6.423.393 | Provisões para litígios e contingências | 22 | 370.322 | 1.223.035 |
| Intangíveis | 16 | 180.902 | 256.929 | Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA | 14 | 97.496 | 4.110 |
| Total do não circulante | | 8.218.443 | 8.689.524 | Reserva para Reversão | | 66.085 | 66.085 |
| | | 11.855.390 | 12.556.389 | Contas a pagar (Banco Santos) | 38 | 100.136 | 93.339 |
| | | | | Outras obrigações | 25 | 7.629 | 4.782 |
| | | | | Total do não circulante | | 4.895.693 | 5.714.535 |
| | | | | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| | | | | Capital social | 26 | 1.057.629 | 1.057.629 |
| | | | | Reserva de reavaliação | 26.c | 2.068.533 | 2.142.917 |
| | | | | Ajuste de avaliação patrimonial | | (1) | - |
| | | | | Reserva legal | | 155.113 | 98.279 |
| | | | | Ações em Tesouraria | | - | (1) |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | 3.281.274 | 3.298.824 |
| | | | | TOTAL | | 11.855.390 | 12.556.389 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Em milhares de reais - R\$)

| | Notas | 2009 | 2008 |
|---|-------|--------------------|--------------------|
| RECEITA OPERACIONAL | | | |
| Fornecimento de energia elétrica | | 5.361.200 | 4.983.813 |
| Suprimento de energia elétrica | | 30.020 | 3.945 |
| Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição | | 7.145.800 | 6.676.315 |
| Outras receitas operacionais | | 91.730 | 86.462 |
| Receita operacional bruta | | 12.628.750 | 11.750.535 |
| DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL | | | |
| ICMS | | (2.493.505) | (2.178.530) |
| PIS | | (208.838) | (193.479) |
| COFINS | | (950.617) | (889.583) |
| Quota para RGR | | (62.032) | (56.186) |
| Encargo de capacidade emergencial - ECE | | (-) | (365) |
| Encargo de aquisição de energia emergencial - EAEE | | (-) | 7 |
| Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE | | (82.877) | (78.827) |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE | | (368.704) | (330.753) |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE - CVA | | (3.034) | (12.344) |
| Conta de consumo de combustível - CCC | | (297.532) | (312.604) |
| Conta de consumo de combustível - CCC - CVA | | (85.756) | (153.093) |
| Encargos do consumidor - Outros encargos (Proinfia) | | (25.248) | (14.118) |
| ISS | | (690) | (800) |
| Receita operacional líquida | 28 | (4.578.851) | (4.220.675) |
| CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA | | | |
| Custo com Energia Elétrica | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | 29 | (4.044.055) | (3.753.902) |
| Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição | 29 | (1.065.977) | (946.390) |
| Custo de Operação | | | |
| Pessoal | | (201.799) | (207.824) |
| Entidade de previdência privada | | (180.687) | (26.391) |
| Material | | (30.893) | (31.840) |
| Serviços de terceiros | | (187.885) | (165.193) |
| Depreciação e amortização | | (354.807) | (343.905) |
| Outras | | (6.376) | (20.134) |
| CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS | 30 | (6.072.478) | (5.495.579) |
| CUSTO OPERACIONAL BRUTO | | (8.426) | 9.091 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | | (6.080.904) | (5.486.488) |
| Despesas com vendas | 31 | (76.832) | (161.320) |
| Despesas gerais e administrativas | 31 | (437.621) | (383.964) |
| Outras despesas operacionais | 31 | (207.862) | (230.798) |
| CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS | 32 | (6.803.219) | (6.262.570) |
| RESULTADO DO SERVIÇO | | 1.246.680 | 1.267.290 |
| RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA | | | |
| Receitas financeiras | 33 | 547.941 | 614.183 |
| Despesas financeiras | 33 | (226.570) | (244.992) |
| Juros sobre capital próprio - TJLP | 33 | (70.799) | (70.799) |
| Variáveis monetárias e cambiais líquidas | 33 | (92.465) | (170.991) |
| | | 158.107 | 129.387 |
| OUTRAS RECEITAS E DESPESAS | | 1.404.787 | 1.396.677 |
| Outras receitas | 34 | 8.880 | 115.652 |
| Outras despesas | 34 | (63.801) | (56.069) |
| RESULTADO OPERACIONAL | | 1.349.866 | 1.456.260 |
| Contribuição social | 35 | (130.938) | (123.288) |
| Imposto de renda | 35 | (152.530) | (317.824) |
| Contribuição social - diferido | 35 | 32.939 | (10.600) |
| Imposto de renda - diferido | 35 | (106.942) | (46.252) |
| | | (357.471) | (497.964) |
| LUCRO ANTES DOS ITENS EXTRAORDINÁRIOS | | 992.395 | 958.296 |
| Reversão dos juros sobre capital próprio - TJLP | | 70.799 | 68.813 |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 1.063.194 | 1.027.109 |
| LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - EM R\$ | | 6,35 | 6,14 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Em milhares de reais - R\$)

| | 2009 | 2008 |
|---|------------------|------------------|
| Atividades operacionais: | | |
| Lucro líquido do exercício | 1.063.194 | 1.027.109 |
| Depreciação e amortização | 381.614 | 369.096 |
| Variação monetária/cambial | 111.116 | (181.883) |
| Baixa de bens do ativo imobilizado | 46.160 | 83.797 |
| Tributos e contribuições sociais diferidos | 74.003 | (47.274) |
| Fundo de pensão - Deliberação CVM 371 | 180.687 | 26.391 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa - não circulante | 258.271 | (37.675) |
| Variação de valores de itens da Parcela A | (41.597) | 64.434 |
| Variações nas contas do ativo circulante e não circulante: | | |
| Consumidores e revendedores | (107.142) | 39.677 |
| Tributos e contribuições sociais | 83.570 | (131.468) |
| Serviços Prestados | 2.610 | (1.624) |
| Devedores Diversos | 1.342 | (161) |
| Almozarifado | (7.160) | (19.511) |
| Contas a Receber - Acordos | (181.093) | 3.314 |
| Outros Créditos | (19.221) | 15.328 |
| Compensação da variação dos itens da Parcela A | 124.164 | 153.277 |
| Despesas pagas antecipadamente | (46) | (889) |
| Cauções e depósitos vinculados | 134.749 | (126.075) |
| Variações nas contas do passivo circulante e não circulante: | | |
| Fornecedores | 14.339 | 125.425 |
| Tributos e contribuições sociais | (49.621) | 149.329 |
| Encargos de Dívidas | (143.394) | 9.855 |
| Provisões para Litígios e Contingências | (812.789) | 132.242 |
| Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher | (29.270) | 17.794 |
| Compensação da variação dos itens da Parcela A | 119.437 | (221.552) |
| Obrigações estimadas, folha de pagto. e outras obrigações | (256.831) | 30.523 |
| Total das atividades operacionais | 947.092 | 1.479.479 |
| Atividades de investimentos: | | |
| Aquisições do ativo imobilizado | (532.011) | (541.085) |
| Encargos financ. e efeitos inflac. vinculados às obras em curso | (27.689) | (34.083) |
| Venda de bens e direitos | - | 24.091 |
| Consumidores Participação Financeira | 48.691 | 67.605 |
| Investimentos | - | 32.427 |
| Tributos e contribuições sobre terrenos reavaliados | - | (6.116) |
| Total das atividades de investimentos | (511.009) | (457.161) |
| Atividades de financiamento: | | |
| Ingresso de novos empréstimos | 585.450 | 83.787 |
| Dividendos pagos | (992.617) | (585.329) |
| Pagamento de empréstimos | (30.666) | (35.148) |
| Pagamento de obrigações com Entidade de Previdência Privada | (339.536) | (227.683) |
| Total das atividades de financiamento | (777.369) | (764.373) |
| Variação no caixa líquido da Companhia | (341.286) | 257.945 |
| Saldo no início do exercício (*) | 1.590.531 | 1.332.586 |
| Saldo no final do exercício (*) | 1.249.245 | 1.590.531 |

(*) Composto pelas rubricas de disponibilidades e aplicações financeiras (nota nº 5).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Em milhares de reais - R\$)

| | Notas | Capital Social | Reserva de Reavaliação | Reserva Legal | Lucros Acumulados | Ajuste de Avaliação Patrimonial | Ações em Tesouraria | Total |
|--|-------|------------------|------------------------|----------------|-------------------|---------------------------------|---------------------|------------------|
| Em 31 de dezembro de 2007 | | 1.057.629 | 2.220.773 | 43.386 | (981) | - | - | 3.320.807 |
| Realização da reserva de reavaliação - 1998 | 26.c | - | (25.080) | - | 22.070 | - | - | (3.010) |
| Realização da reserva de reavaliação - 2007 | 26.c | - | (52.776) | - | 49.670 | - | - | (3.106) |
| Ações em tesouraria | | - | - | - | - | - | (1) | (1) |
| Lucro líquido do exercício | 27 | - | - | - | 1.027.109 | - | - | 1.027.109 |
| Apropriação do resultado: | | | | | | | | |
| Constituição de reserva legal | 27 | - | - | 54.893 | (54.893) | - | - | - |
| Dividendos propostos - Intercalares | 27 | - | - | - | (359.472) | - | - | (359.472) |
| Juros sobre capital próprio propostos - TJLP | 27 | - | - | - | (68.813) | - | - | (68.813) |
| Dividendos propostos - Complementares | 27 | - | - | - | (614.690) | - | - | (614.690) |
| Em 31 de dezembro de 2008 | | 1.057.629 | 2.142.917 | 98.279 | (614.690) | - | (1) | 3.298.824 |
| Realização da reserva de reavaliação - 1998 | 26.c | - | (32.156) | - | 31.722 | - | - | (434) |
| Realização da reserva de reavaliação - 2007 | 26.c | - | (42.228) | - | 41.754 | - | - | (474) |
| Ações em tesouraria | | - | - | - | - | - | 1 | 1 |
| Lucro líquido do exercício | 27 | - | - | - | 1.063.194 | (1) | - | 1.063.193 |
| Apropriação do resultado: | | | | | | | | |
| Constituição de reserva legal | 27 | - | - | 56.834 | (56.834) | - | - | - |
| Dividendos propostos - Intercalares | 27 | - | - | - | (322.721) | - | - | (322.721) |
| Juros sobre capital próprio propostos - TJLP | 27 | - | - | - | (70.799) | - | - | (70.799) |
| Dividendos propostos - Complementares | 27 | - | - | - | (686.316) | - | - | (686.316) |
| Em 31 de dezembro de 2009 | | 1.057.629 | 2.068.533 | 155.113 | (-) | (1) | - | 3.281.274 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Em milhares de reais - R\$)

| | 2009 | 2008 | | 2009 | 2008 |
|--|-------------------|-------------------|--|------|------|
| 1. RECEITAS | 12.917.979 | 12.388.837 | 7. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | |
| Receitas bruta de vendas de energia e serviços | 12.628.750 | 11.750.535 | Empregados | | |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

Práticas contábeis específicas do setor
Custos indiretos de obras em andamento: parte dos gastos da Administração Central é apropriada às imobilizações em curso.
Obrigações especiais vinculadas à concessão: são representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores para realização de empreendimentos necessários ao atendimento do fornecimento de energia elétrica.

Ativos financeiros: são quaisquer ativos que sejam numerário, instrumento patrimonial de outra entidade, direito contratual, ou um contrato que seja ou possa vir a ser liquidado por instrumentos patrimoniais da própria entidade.
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e recebíveis.

Ativos intangíveis: são ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e os gerados internamente pela Companhia, substancialmente irreversíveis e disponíveis para venda, com prazo indeterminado de duração e de fato de serviços permanentes.

Derivativos embutidos: São contratos que não são mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e seus riscos e características não estão relacionadas ao objeto principal, estes riscos e características são tratados separadamente como um derivativo embutido.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota nº 26.

Novos Pronunciamentos Contábeis
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos para convergir as práticas contábeis brasileiras para o padrão internacional de contabilidade.

IC PC 09 traz algumas orientações sobre o registro de ativos identificáveis e passivos assumidos tanto em demonstrações contábeis individuais como consolidadas, bem como fornece orientações sobre o cálculo e registro do goodwill.
CPC 15 não se aplica à combinação e negociação de entidades ou negócios sob controle comum. A combinação de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum é aquela em que todas as entidades ou negócios são controlados pela mesma parte ou partes, antes e depois da combinação de negócios, e esse controle não é transitório.

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 3.
Devido ao fato de a Companhia não ter efetuado nenhuma transação de combinação de negócios no exercício atual e a aplicação do CPC 15 ser prospectiva, esse pronunciamento não terá nenhum impacto para a Companhia.

CPC 21 - Demonstrações Intermediárias: tem por objetivo estabelecer o conteúdo mínimo de uma demonstração contábil intermediária e os princípios para reconhecimento e mensuração para demonstrações completas ou condensadas de período intermediário.
A demonstração contábil intermediária deve incluir os seguintes componentes: (a) balanço patrimonial condensado; (b) demonstração condensada do resultado do período; (c) demonstração condensada do resultado abrangente; (d) demonstração condensada das mutações do patrimônio líquido; (e) demonstração condensada dos fluxos de caixa; (f) notas explicativas selecionadas.

CPC 22 - Informações Pós-Operacionais: requer a divulgação de informações segregadas por segmento operacional da entidade.
"Segmento operacional" é definido como uma atividade ou grupo de atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas.
(a) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões; e (c) para a qual haja informação financeira disponível.

CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro: define critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, bem como define o tratamento contábil e a divulgação de mudanças nas políticas contábeis.
Importante observar que os critérios relacionados à divulgação de políticas contábeis são estabelecidos no Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

CPC 24 - Eventos Subsequentes: são os eventos que ocorrem no período entre a data-base das demonstrações contábeis e a data em que é concedida a autorização para emissão das demonstrações contábeis.
O objetivo desse pronunciamento é o de determinar quando a entidade deve ajustar suas demonstrações contábeis em decorrência de eventos subsequentes ocorridos após a data-base das demonstrações contábeis e quando a entidade deve somente divulgar eventos subsequentes ocorridos após a data-base das demonstrações contábeis.

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: este pronunciamento estabelece critérios de reconhecimento e bases de mensuração para provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, bem como as informações a serem divulgadas.
De acordo com esse pronunciamento, uma provisão deve ser reconhecida se, e somente se: (a) a entidade tiver uma obrigação presente como resultado de evento passado; (b) for provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (c) puder ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: este pronunciamento estabelece critérios de reconhecimento e bases de mensuração para provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, bem como as informações a serem divulgadas.
De acordo com esse pronunciamento, uma provisão deve ser reconhecida se, e somente se: (a) a entidade tiver uma obrigação presente como resultado de evento passado; (b) for provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (c) puder ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

CPC 27 - Ativo Não-Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada: tem por objetivo estabelecer o critério de contabilização de ativo não-circulante mantido para venda e a apresentação e a divulgação de operações descontinuadas.
Um ativo não-circulante deve ser classificado como mantido para venda se ele for recuperado, principalmente, por meio de uma transação de venda, ou seja, a sua venda seja altamente provável. Para que a venda seja altamente provável deve haver um comprometimento da Administração da entidade com o plano de venda.

CPC 28 - Tributos sobre o Lucro: é estabelecer o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro.
A principal questão tratada nesse pronunciamento é o tratamento contábil dos efeitos fiscais atuais e futuros sobre (a) a realização (liquidação) do valor contábil dos ativos (passivos) que são reconhecidos no balanço patrimonial da entidade; e (b) as operações do período atual que são reconhecidas nas demonstrações contábeis da entidade.

CPC 29 - Benefícios a Empregados: tem por objetivo estabelecer os critérios para a contabilização e a divulgação de benefícios concedidos aos empregados, sendo requerido o registro de (i) um passivo, quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (ii) uma despesa quando a entidade utilizou o benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado.

CPC 30 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração: disciplina o reconhecimento e a mensuração de operações realizadas com instrumentos financeiros - incluindo derivativos - de acordo com o disposto no IAS 39.
Este Pronunciamento deve ser aplicado a todas as entidades e a todos os tipos de instrumentos financeiros, com exceção aos direitos e obrigações advindos de operações de leasing, direitos e obrigações oriundos de contratos de benefícios a empregados entre outras.

CPC 31 - Instrumentos Financeiros: Apresentação: tem como objetivo estabelecer os princípios para a apresentação de instrumentos financeiros como passivos ou instrumentos patrimoniais e para a compensação de ativos e passivos financeiros.
Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 32.

CPC 32 - Instrumentos Financeiros: Evidênciação: requer que as entidades apresentem evidências em suas demonstrações contábeis que permitam que os usuários avaliem a significância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial e performance da entidade; a natureza e a extensão dos riscos oriundos de instrumentos financeiros aos quais estão expostas; e a forma pela qual a entidade gerencia esses riscos.
Este Pronunciamento aborda as necessidades de evidênciação relacionadas às operações definidas nos Pronunciamentos Técnicos CPC 38 e 39. Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 7.

CPC 33 - Instrumentos Financeiros: Apresentação: tem como objetivo estabelecer os princípios para a apresentação de instrumentos financeiros como passivos ou instrumentos patrimoniais e para a compensação de ativos e passivos financeiros.
Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 32.

CPC 34 - Instrumentos Financeiros: Evidênciação: requer que as entidades apresentem evidências em suas demonstrações contábeis que permitam que os usuários avaliem a significância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial e performance da entidade; a natureza e a extensão dos riscos oriundos de instrumentos financeiros aos quais estão expostas; e a forma pela qual a entidade gerencia esses riscos.
Este Pronunciamento aborda as necessidades de evidênciação relacionadas às operações definidas nos Pronunciamentos Técnicos CPC 38 e 39. Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 7.

CPC 35 - Combinação de Negócios: estabelece princípios e exigências na forma como o adquirente, em uma combinação de negócios, deve: (i) reconhecer e mensurar, em suas demonstrações contábeis, os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores na sociedade adquirida; (ii) reconhecer e mensurar o ágio por expectativa de rentabilidade futura goodwill resultante da combinação de negócios ou o ganho proveniente de compra vantajosa (deságio); e determinar as informações que devem ser divulgadas para possibilitar que os usuários das demonstrações contábeis avaliem a natureza e os efeitos financeiros da combinação de negócios.

CPC 36 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: este pronunciamento estabelece critérios de reconhecimento e bases de mensuração para provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, bem como as informações a serem divulgadas.
De acordo com esse pronunciamento, uma provisão deve ser reconhecida se, e somente se: (a) a entidade tiver uma obrigação presente como resultado de evento passado; (b) for provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (c) puder ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

CPC 37 - Ativo Não-Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada: tem por objetivo estabelecer o critério de contabilização de ativo não-circulante mantido para venda e a apresentação e a divulgação de operações descontinuadas.
Um ativo não-circulante deve ser classificado como mantido para venda se ele for recuperado, principalmente, por meio de uma transação de venda, ou seja, a sua venda seja altamente provável. Para que a venda seja altamente provável deve haver um comprometimento da Administração da entidade com o plano de venda.

Table with columns: Pronunciamento, Deliberação CVM (Número, Data), Resolução CFC (Número, Data). Rows include CPC 16 through CPC 37.

OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº 03/2009
A seguir apresentamos um resumo dos pronunciamentos emitidos pelo CPC, durante o exercício de 2009, e que de acordo com as avaliações prévias preparadas pela Companhia poderão ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2010.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infra-estrutura no final do prazo da concessão. Esta interpretação define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços e foca nos seguintes aspectos:

(a) Tratamento dos direitos do operador sobre a infra-estrutura: a infra-estrutura de serviços públicos não será registrada como ativo imobilizado, em função do concedente não transferir ao concessionário o direito de controle e de propriedade da infra-estrutura. A infra-estrutura de serviços públicos serão revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato de concessão.

(b) Reconhecimento e mensuração dos valores da concessão: nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas.

(c) Serviços de construção ou melhoramentos: custo de construção consiste nos custos incorridos pelo concessionário na construção ou na melhoria da infraestrutura. O concessionário deve contabilizar receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria de acordo com o Pronunciamento Técnico - CPC 17. A remuneração recebida ou a receber pelo concessionário proveniente do custo de construção deverá ser registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direitos sobre: i) um ativo financeiro; ou ii) um ativo intangível. O concessionário deve reconhecer um ativo financeiro à medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. O concessionário deve reconhecer um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

(d) Serviços de operação: custos de serviços de operação consiste na manutenção efetuada pelo concessionário para manter a infra-estrutura operante. O concessionário deve contabilizar receitas e custos relativos aos serviços de operação de acordo com o Pronunciamento Técnico - CPC 30.

(e) Custos de financiamentos: de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos, os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão devem ser registrados com despesa no período em que são incorridos, a menos que o concessionário tenha o direito contratual de receber um ativo intangível (direito de cobrar os usuários dos serviços públicos). Nesse caso, custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão devem ser capitalizados durante a fase de construção, de acordo com aquele Pronunciamento Técnico.

(f) Utilização subsequente do tratamento de um ativo financeiro e de um ativo intangível: O ativo financeiro deverá ser registrado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros. O ativo intangível deverá ser registrado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível.

(g) Troncoamento poderá fornecer ativos ao concessionário, que por sua vez poderão retê-los ou negociá-los, se assim o desejar. Neste caso, esses ativos deverão ser registrados como ativos do concessionário, e avaliados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial.

Esta interpretação está correlacionada com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRIC 12.

De acordo com as características do contrato de concessão da Companhia, conclui-se que a Companhia está sob o escopo desta interpretação. Desta forma, a Companhia deverá agrupar os saldos do ativo imobilizado e obrigações especiais existentes atualmente, e segregá-los em ativo intangível e ativo financeiro e proceder às movimentações desde então.

A Companhia está avaliando os efeitos da aplicação deste pronunciamento nas suas demonstrações contábeis, uma vez que ainda estão ocorrendo discussões e debates no mercado, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos reguladores, sobre a aplicação desta interpretação. A Companhia continuará a acompanhar e avaliar as decisões destes órgãos e associações a fim de determinar os possíveis impactos. Desta forma, a Companhia entende que não é possível até o momento avaliar e quantificar com razoável segurança os eventuais efeitos em suas demonstrações contábeis.

• **ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil:** esta interpretação tem por objetivo fornecer orientação para determinar que os acordos que incluem uma transação ou uma série de transações relacionadas, e que não tem uma forma legal de arrendamento, mas que transferem o direito de usar um ativo (por exemplo, item do imobilizado) em troca de um pagamento ou de uma série de pagamentos, devem ser contabilizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil.

Esta interpretação não se aplica a acordos que:

(a) são, ou contêm, arrendamentos excluídos do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil; ou

(b) são acordos de concessão de serviço público para entidades do setor privado dentro do alcance da Interpretação ICPC 01 - Contratos de Concessão. Esta interpretação está correlacionada com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27.

Em geral, com base em avaliações preliminares, a aplicação desta interpretação não deve trazer impactos significativos para a Companhia.

• **ICPC 04 - Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10: Pagamento Baseado em Ações** - esta interpretação tem por objetivo definir o alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações. Conforme definido nesta interpretação, o Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações deve ser aplicado para as transações em que a entidade concede instrumentos patrimoniais ou incorrem em passivo para transferir caixa ou outros ativos por valores que são baseados no preço (ou valor) das ações da entidade ou outros instrumentos patrimoniais da entidade. Esta interpretação está correlacionada com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRIC 8.

Para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas em dinheiro, a entidade deverá mensurar passivo assumido, pelo valor justo da obrigação, na data em que o passivo foi assumido. Até que o passivo seja liquidado, a entidade deve ajustar o valor justo do passivo ao final de cada exercício social e na data de sua liquidação, sendo as alterações de valores reconhecidas no resultado do período.

No caso de pagamento baseado em ações com liquidação em instrumentos patrimoniais (ações, como regra), a contrapartida do reconhecimento da despesa ou do custo do bem é conta do próprio patrimônio líquido.

Em geral, com base em avaliações preliminares, a aplicação desta interpretação não deverá trazer impactos significativos para a Companhia.

• **ICPC 05 - Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações:** Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria - esta interpretação define que os acordos de pagamento base em ações, no qual uma controladora concede direitos a seus instrumentos patrimoniais diretamente aos empregados de sua controlada, ou cuja controlada tem a obrigação de conceder direitos a instrumentos patrimoniais de sua controladora aos seus empregados, deve ser contabilizado nas demonstrações contábeis da controlada que recebe serviços dos empregados. Esta interpretação está correlacionada com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRIC 11.

Em geral, com base em avaliações preliminares, a aplicação desta interpretação não deve trazer impactos significativos para a Companhia.

• **ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial:** esta interpretação tem o objetivo de esclarecer assuntos relativos à aplicação dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15, 18, 19, 35 e 36, sobre a elaboração das demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e sobre a aplicação do método da equivalência patrimonial, em especial quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. Esta interpretação explícita, dentre outros, o tratamento do ágio por expectativa de rentabilidade futura *goodwill* em certas circunstâncias, inclusive incorporações e fusões, o tratamento contábil quanto da existência de lucros não realizados com partes relacionadas, esclarece como devem ser reconhecidas algumas transações de capital entre sócios, e aborda pontos relativos à vigência do Pronunciamento Técnico CPC 15 - Combinação de Negócios.

A aplicação desse pronunciamento deve trazer os mesmos impactos contábeis trazidos na aplicação do CPC 37.

• **ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43:** esta interpretação tem o objetivo de tratar de alguns assuntos relativos à implementação inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado, CPC 28 - Propriedade para Investimento, CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 40.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 e CPC 28, há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 e 43.

Esta interpretação, em seu item 40, trata da reavaliação de ativos não depreciáveis, para os quais não foi registrado um passivo fiscal diferido, seguindo à prática contábil vigente à época de seu registro. Considerando a orientação fornecida no CPC 32, esse passivo fiscal diferido deve ser registrado sobre a reavaliação dos ativos não depreciáveis. Portanto, a Companhia deverá registrar um passivo fiscal diferido no valor de R\$ 383.846 (data-base 31 de dezembro de 2009) sobre a reavaliação de terrenos, a débito do patrimônio líquido e a crédito do passivo não-circulante.

• **ICPC 17 - Recebimento em Transferência de Ativos dos Clientes:** esta interpretação tem por objetivo fornecer diretrizes para a contabilização dos itens do imobilizado que foram transferidos para a entidade pelos seus clientes. Esta interpretação também se aplica nos casos em que uma entidade recebe caixa de um cliente para construção ou aquisição de um item do imobilizado, quer seja para conectar seu cliente a uma rede de fornecimento de bens e serviços, quer seja para prover o cliente com o acesso contínuo ao fornecimento de bens e serviços, quer seja para ambos os propósitos.

Ativos relacionados à distribuição de energia elétrica não pertencem à Companhia, pois, como descrito no ICPC 01 não há a transferência de controle dos bens da concessão. Portanto, ativos para conexão com a rede de distribuição doados por clientes não representam ativos da Companhia. A aplicação desta interpretação está sendo avaliada pela Administração da Companhia.

5. Disponibilidades e aplicações financeiras

| | 2009 | 2008 |
|---|------------------|------------------|
| Disponibilidades: | | |
| Numerário Disponível | 10.476 | 5.509 |
| Numerário em Trânsito | 78.472 | 49.155 |
| | 88.948 | 54.664 |
| Aplicações financeiras: | | |
| Títulos e Valores Mobiliários (i) | 89.886 | 73.947 |
| Aplicações Financeiras (ii) | 1.070.411 | 1.461.920 |
| | 1.160.297 | 1.535.867 |
| (i) Títulos e valores mobiliários: correspondem a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, as quais são remuneradas a 100% da taxa Selic e têm características de liquidez imediata. | | |
| (ii) Aplicações financeiras: correspondem a aplicações financeiras em Certificado de Depósito bancário - CDB e Operações Compromissadas, as quais são remuneradas a 102,48% do CDI e têm características de liquidez imediata. A composição das aplicações financeiras é a seguinte: | | |
| Aplicações financeiras estão compostas da seguinte forma: | | |
| Tipo de Operação | | |
| CDB | 1.068.649 | 1.460.206 |
| Outros | 1.782 | 1.714 |
| | 1.070.411 | 1.461.920 |

6. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

| | Saldos vincendos | | Saldos vencidos | | Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*) | | Saldo líquido de | |
|--|------------------|----------------|-----------------|-----------------|---|----------------|------------------|------------------|
| | 2009 | 2008 | até 90 dias | mais de 90 dias | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 |
| CIRCULANTE | | | | | | | | |
| Consumidores - Fornecimento: | | | | | | | | |
| Residencial | 236.355 | 205.704 | 191.863 | 161.016 | 53.728 | 44.534 | 481.946 | 411.254 |
| Industrial | 59.675 | 63.572 | 26.492 | 26.581 | 55.711 | 36.002 | 141.878 | 126.155 |
| Comercial | 179.149 | 133.953 | 43.604 | 49.228 | 35.852 | 40.229 | 258.605 | 223.410 |
| Rural | 118 | 207 | 53 | 384 | 16 | 54 | 187 | 645 |
| Poder público: | | | | | | | | |
| Federal | 1.948 | 1.448 | 1.037 | 804 | 188 | 336 | 3.173 | 2.588 |
| Estadual | 8.322 | 6.552 | 1.577 | 3.512 | 221 | 423 | 10.120 | 10.496 |
| Municipal | 15.147 | 3.533 | 769 | 903 | 6.057 | 2.023 | 21.973 | 6.459 |
| Iluminação pública | 14.126 | 11.588 | 465 | 1.699 | 1.912 | 1.654 | 16.503 | 14.941 |
| Serviço público | 21.796 | 8.875 | 12 | 31 | 4.691 | 6.385 | 26.499 | 15.291 |
| Total - Faturado | 536.636 | 435.432 | 265.872 | 244.158 | 158.376 | 131.649 | 960.884 | 811.239 |
| Não Faturado | 461.109 | 438.879 | - | - | - | - | 461.109 | 438.879 |
| Não Faturado - Pis/Cofins | - | 52 | - | - | - | - | - | 52 |
| Total | 997.745 | 874.363 | 265.872 | 244.158 | 158.376 | 131.649 | 1.421.993 | 1.250.170 |
| Concessionárias e permissionárias: | | | | | | | | |
| Encargos do uso da rede | 1.239 | 805 | - | - | - | - | 1.239 | 805 |
| Energia no curto prazo - CCEE (**) | 3.322 | 7.151 | - | - | - | - | 3.322 | 7.151 |
| EMAE | 1.606 | 622 | - | - | - | 2.085 | 1.606 | 2.707 |
| Transmissoras | 336 | 20.744 | - | - | - | - | 336 | 20.744 |
| Total | 6.503 | 23.322 | - | - | - | 2.085 | 6.503 | 31.407 |
| Consumidores - Racionamento: | | | | | | | | |
| Desconto da TUSD (**) | 5.247 | 42.230 | - | - | - | - | 5.247 | 42.230 |
| Total | 5.247 | 42.230 | - | - | - | - | 5.247 | 42.230 |
| Total - CIRCULANTE | 1.009.495 | 945.915 | 265.872 | 244.158 | 158.376 | 133.734 | 1.433.743 | 1.323.807 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | | | | |
| Concessionárias e permissionárias: | | | | | | | | |
| EMAE | 1.606 | 1.938 | - | - | - | - | 1.606 | 1.938 |
| Total | 1.606 | 1.938 | - | - | - | - | 1.606 | 1.938 |
| Consumidores - Racionamento: | | | | | | | | |
| Desconto da TUSD (**) | 3.550 | 6.013 | - | - | - | - | 3.550 | 6.013 |
| Total | 3.550 | 6.013 | - | - | - | - | 3.550 | 6.013 |
| Total - NÃO CIRCULANTE | 5.156 | 7.951 | - | - | - | - | 5.156 | 7.951 |
| Total - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE | 1.014.651 | 953.866 | 265.872 | 244.158 | 158.376 | 133.734 | 1.438.899 | 1.331.758 |

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 13.
A Administração da Companhia continua implementando gestões com várias classes de consumidores e, em especial, com o poder público, nas esferas Federal, Estadual e Municipal objetivando a diminuição dos saldos em atraso e condicionando as negociações aos recebimentos dos débitos vincendos.

7. Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

| | 2009 | 2008 |
|--|----------------|----------------|
| CIRCULANTE | | |
| Imposto de renda | 221.758 | 18.786 |
| Contribuição social | 9.083 | 6.285 |
| Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS | 3.092 | 2.860 |
| ICMS | 42.183 | 38.356 |
| Cofins | 14.867 | 14.602 |
| Pis | 3.749 | - |
| Finsocial | - | 299.092 |
| Outros | 381 | 381 |
| Subtotal | 295.113 | 384.039 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 13 | (1.963) | 80.424 |
| Total | 293.150 | 382.088 |
| NÃO CIRCULANTE | | |
| Pis - Crédito tributário | 56.681 | 54.724 |
| ICMS | 29.099 | 25.700 |
| Subtotal | 85.780 | 80.424 |
| Total Geral | 380.893 | 464.463 |

Os tributos e contribuições sociais compensáveis referem-se principalmente à antecipação do imposto de renda e contribuição social, em decorrência da sistemática de recolhimento prevista na legislação vigente e à retenção na fonte sobre o fornecimento de energia a órgãos públicos federais.

PIS: refere-se a créditos oriundos de aquisição de bens do ativo imobilizado.

PIS - Crédito tributário: refere-se a valores indevidamente recolhidos no período de junho de 1990 a outubro de 1995 e que foram pleiteados judicialmente. A perspectiva de dexteção da causa é avaliada positivamente pelos consultores jurídicos. Esse montante está sendo atualizado com base na remuneração da taxa Selic e sobre o mesmo não se espera incorrer em qualquer perda quando da realização.

Finsocial: em 31 de agosto de 1994, a Companhia impetrou uma ação judicial contra o Governo Federal para reivindicar reembolso dos montantes pagos a título de FINSOCIAL referentes ao período de 1989 a 1992. Durante este período a Companhia efetuou contribuição ao FINSOCIAL com majorações de alíquotas previstas nas Leis nºs 7.689/1988, 7.787/1989 e 7.984/1989 e 8.147/1990. A Companhia impetrou tal ação judicial em virtude do Supremo Tribunal Federal ter reconhecido como inconstitucional as majorações de alíquotas (0,5% a 2%) para todas as empresas que exerciam atividade comercial ou mista (prestadora de serviços e comercial).

Em julho de 1996, a Companhia teve decisão desfavorável em primeira instância, fazendo com que os seus assessores legais, ingressassem com um Recurso no Tribunal Regional Federal (TRF) da Terceira Região.

Em sessão realizada em 13 de setembro de 2006, por unanimidade de votos, o TRF da Terceira Região deu provimento ao Recurso, reformando a sentença de primeiro grau, para o fim de reconhecer o direito da Companhia à restituição dos valores recolhidos indevidamente a título de contribuição ao FINSOCIAL. Em face dessa decisão, o Governo Federal apresentou vários recursos culminando com o Recurso de Agravo de Instrumento perante o Supremo Tribunal Federal - STF, o qual em decisão proferida em 19 de dezembro de 2008 negou seu seguimento. Em 16 de fevereiro de 2009, expirou o prazo para a Secretaria da Receita Federal apresentar recursos contra a decisão proferida em 19 de dezembro de 2008. Em razão de não ter sido apresentado nenhum recurso, a decisão favorável à Companhia datada de 19 de dezembro de 2008 tornou-se definitiva, permitindo a compensação dos créditos tributários no montante de R\$ 88.907, relacionados ao valor principal do FINSOCIAL, acrescido de atualização monetária no montante de R\$ 210.185. Em consequência a Companhia registrou, em 31 de dezembro de 2008, em "Outras Receitas" o valor dos créditos tributários de R\$ 88.907, e em "Recitas financeiras" a atualização monetária de R\$ 210.185.

8. Tributos e Contribuições Sociais Diferidos

| | 2009 | 2008 |
|---|------------------|------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | | |
| Créditos sobre: | | |
| Provisões temporariamente não dedutíveis para contribuição social | 63.538 | 78.811 |
| Provisões temporariamente não dedutíveis para imposto de renda | 176.493 | 218.919 |
| Subtotal | 240.031 | 297.730 |
| NÃO CIRCULANTE | | |
| Créditos sobre: | | |
| Provisões temporariamente não dedutíveis para contribuição social | 187.859 | 177.419 |
| Provisões temporariamente não dedutíveis para imposto de renda | 526.728 | 696.167 |
| Subtotal | 714.587 | 873.586 |
| Total do Ativo | 954.618 | 1.171.316 |
| PASSIVO CIRCULANTE | | |
| Débitos sobre: | | |
| Contribuição social sobre reavaliação | (9.846) | (8.067) |
| Imposto de renda sobre reavaliação | (27.350) | (22.408) |
| Subtotal | (37.196) | (30.475) |
| NÃO CIRCULANTE | | |
| Débitos sobre: | | |
| Contribuição social sobre reavaliação | (118.200) | (129.759) |
| Imposto de renda sobre reavaliação | (328.335) | (360.441) |
| Provisões temporariamente não dedutíveis para contribuição social | (8.144) | (9.168) |
| Provisões temporariamente não dedutíveis para imposto de renda | (22.623) | (25.466) |
| Subtotal | (477.302) | (524.834) |
| Total do Passivo | (514.498) | (555.309) |
| Total Geral - Líquido | 440.120 | 616.007 |

Contribuição Social e Imposto de Renda sobre Reavaliação: Valor dos impostos provisionados às alíquotas regulares, 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social, apurados sobre o valor da reavaliação dos bens integrantes do Ativo Imobilizado e amortizado em função das correspondentes realizações desses ativos por meio das respectivas depreciações e baixas.

| | Imposto de Renda | | Contribuição Social | |
|---|------------------|------------------|---------------------|------------------|
| | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 |
| A) Demonstração da base de cálculo dos tributos diferidos (Ativo e Passivo): | | | | |
| Provisão de reserva matemática - CVM nº 371/00 | 1.594.860 | 1.690.908 | 1.594.860 | 1.690.908 |
| Provisão para contingências | 621.341 | 1.434.832 | 601.746 | 602.427 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 533.143 | 274.873 | 533.143 | 274.873 |
| Operações de Swap | 33.354 | 195.926 | 33.354 | 195.926 |
| Gratificações | 41.773 | 43.260 | 41.773 | 43.260 |
| Provisão para Realização de Incentivos Fiscais - Finam/Finor | - | - | - | 19.059 |
| Reserva de reavaliação deduzida dos itens não depreciáveis | (1.422.741) | (1.531.395) | (1.422.741) | (1.531.395) |
| Atualização Monetária de Depósitos Judiciais | (90.491) | (101.866) | (90.491) | (101.866) |
| Materiais e serviços | 9.589 | 15.662 | 9.589 | 15.662 |
| Outros | (21.171) | 4.885 | (21.171) | 4.885 |
| Base de cálculo | 1.299.657 | 2.027.085 | 1.280.062 | 1.213.739 |
| Alíquotas nominal | 25% | 25% | 9% | 9% |
| Subtotal | 324.913 | 506.771 | 115.207 | 109.236 |

B) Prazo de recuperação dos créditos tributários diferidos (Ativo):

| | 2009 | 2008 |
|------|---------|--------|
| 2010 | 176.493 | 63.538 |
| 2011 | 132.891 | 47.841 |
| 2012 | 83.909 | 30.207 |
| 2013 | 62.091 | 22.353 |
| 2014 | 56.656 | 20.396 |
| 2015 | 56. | |

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

| Rubricas de Origem | A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, durante o período, foi como segue: | | | |
|---|---|-----------------------|-------------------|----------------|
| | Saldo em 2008 | Provisões e Reversões | Baixa para Perdas | Saldo em 2009 |
| Rubricas de Origem | | | | |
| CIRCULANTE | | | | |
| Consumidores - nota nº 6 | 165.756 | 187.027 | (147.700) | 205.083 |
| Serviços Prestados - nota nº 9 | 10.194 | 4.198 | (1.07) | 14.275 |
| Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 11 | 16.871 | (2.563) | (2.780) | 11.528 |
| Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº 11 | 13.447 | 2.371 | - | 15.818 |
| Contas a Receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota nº 11 | - | 75.454 | - | 75.454 |
| INSS - Auxílio Doença - nota nº 7 | 1.951 | 12 | - | 1.963 |
| TUSD - Resolução nº 166/2005 | 1.367 | 4.719 | (4.389) | 1.697 |
| Outros Créditos - diversos - nota nº 12 | - | 246 | - | 246 |
| Total | 209.576 | 271.464 | (154.976) | 326.064 |
| NAO CIRCULANTE | | | | |
| Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 11 | - | 484 | - | 484 |
| Contas a Receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota nº 11 | - | 150.907 | - | 150.907 |
| Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº 11 | 69.726 | (8.232) | - | 61.494 |
| Contas a Receber - acordos - outros - nota nº 11 | 2.259 | (1.376) | - | 883 |
| Total | 71.985 | 141.783 | - | 213.768 |
| Total Geral | 281.561 | 413.247 | (154.976) | 539.832 |

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os principais critérios a seguir descritos:

Consumidores/Acordos - Classes

a) residenciais vencidos há mais de 90 dias;
b) comerciais vencidos há mais de 180 dias;
c) industriais e rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Serviços Prestados/Outros Créditos

d) Faturas vencidas há mais de 360 dias.

A Companhia inclui no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa as faturas vencidas em períodos inferiores aos acima estabelecidos para os consumidores enquadrados nos critérios "a" a "d", acima descritos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa inclui análise individual de outras contas julgadas de difícil recebimento.

As baixas de créditos enquadrados nos parâmetros de perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos na Lei nº 9.430/1996; faturas e créditos com valores de até R\$ 5, vencidos há mais de 180 dias; valores de R\$ 5 a R\$ 30, vencidos há mais de 360 dias; valores superiores a R\$ 30, vencidos há mais de 360 dias desde que tomadas e mantidas medidas judiciais de cobranças.

Os acordos de parcelamento - TCD - inadimplentes, são registrados pelo seu valor total, independentemente de existirem parcelas cujos valores ainda não estejam vencidos, regra essa válida para PCLD ou para enquadramento em perda.

Os recebimentos de créditos que foram baixados das contas a receber originais, por terem se enquadrado nos parâmetros de perdas, são registrados à crédito de Outras Despesas Operacionais.

Os saldos desta rubrica estão sendo complementarmente apresentados nas notas explicativas correspondentes às contas do Ativo que os originaram - notas nºs 6, 9, 11 e 12.

14. Compensação de Variação dos Itens da Parcela A - CVA

| Parcela "A" | Saldos em 2009 | | | | | Total |
|---|--------------------------------------|--|--|--|--|------------------|
| | Período de 01/01/2001 até 25/10/2001 | Período após 04/06/2006 até 04/06/2007 | Período após 04/06/2007 até 04/06/2008 | Período após 04/06/2008 até 04/06/2009 | Período após 04/06/2009 até 04/06/2010 | |
| ATIVO | | | | | | |
| CIRCULANTE | | | | | | |
| Conta de Consumo de Combustível - CCC | - | - | 394 | 31.235 | 29.147 | 60.776 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | - | - | 129 | 11.247 | 4.558 | 15.934 |
| Energia Itaipu - custo/variação cambial | - | 1.573 | - | 25.686 | - | 27.259 |
| Encargos do serviço do sistema - ESS | - | - | 866 | 38.138 | - | 39.004 |
| Transporte de energia - Itaipu | - | - | - | 41 | 52 | 93 |
| Transporte de energia pela rede básica | - | - | 93 | 4.396 | 1.399 | 5.888 |
| Ajuste Financeiro e Outros | - | - | - | 6.107 | 348 | 6.455 |
| Compra de energia elétrica | - | - | - | 134.608 | 37.620 | 172.228 |
| Sobrecontratação | - | - | - | 18.451 | 922 | 19.373 |
| Proinfa | - | - | 350 | 22.061 | - | 22.411 |
| Subtotal | - | 1.573 | 1.832 | 291.970 | 74.005 | 369.380 |
| NAO CIRCULANTE | | | | | | |
| Conta de Consumo de Combustível - CCC | - | - | - | - | 29.147 | 29.147 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | - | - | - | - | 4.558 | 4.558 |
| Encargos do serviço do sistema - ESS | - | - | - | - | 616 | 616 |
| Transporte de energia - Itaipu | - | - | - | - | 12 | 12 |
| Transporte de energia pela rede básica | - | - | - | - | 1.399 | 1.399 |
| Ajuste Financeiro e Outros | - | - | - | - | 348 | 348 |
| Compra de energia elétrica | - | - | - | - | 923 | 923 |
| Sobrecontratação | - | - | - | - | 37.621 | 37.621 |
| Proinfa | - | - | - | - | 74.624 | 74.624 |
| Subtotal | - | - | - | - | 148.629 | 444.004 |
| Total | - | 1.573 | 1.832 | 291.970 | 148.629 | 813.384 |
| PASSIVO | | | | | | |
| CIRCULANTE | | | | | | |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | - | (1.911) | - | - | - | (1.911) |
| Energia Itaipu - custo/variação cambial | - | - | (369) | - | (36.027) | (36.396) |
| Encargos do serviço do sistema - ESS | - | (806) | - | - | (53.660) | (54.241) |
| Compra de energia elétrica | - | (1.581) | (1.018) | - | - | (2.824) |
| Ajuste Financeiro e Outros | - | - | - | (8.596) | - | (8.596) |
| Proinfa | - | (1.550) | - | - | (7.198) | (8.748) |
| Revisão Tarifária | - | - | - | (25.108) | - | (25.108) |
| Outros | (9.021) | - | - | - | - | (9.021) |
| Subtotal | (9.021) | (5.848) | (1.387) | (33.704) | (96.885) | (146.845) |
| NAO CIRCULANTE | | | | | | |
| Encargos do serviço do sistema - ESS | - | - | - | - | (54.271) | (54.271) |
| Energia Itaipu - custo/variação cambial | - | - | - | - | (36.028) | (36.028) |
| Proinfa | - | - | - | - | (7.197) | (7.197) |
| Sobrecontratação | - | - | - | - | (97.496) | (97.496) |
| Proinfa | - | - | - | - | - | - |
| Subtotal | - | - | - | - | (194.341) | (244.341) |
| Total | (9.021) | (5.848) | (1.387) | (33.704) | (194.341) | (244.341) |
| Total Geral - Líquido | (9.021) | (4.275) | 445 | 258.266 | (45.752) | 199.663 |

| Parcela "A" | Saldos em 2008 | | | | | Recomposição Tarifária | Total |
|---|--------------------------------------|--|--|--|--|------------------------|------------------|
| | Período de 01/01/2001 até 25/10/2001 | Período após 04/06/2006 até 04/06/2007 | Período após 04/06/2007 até 04/06/2008 | Período após 04/06/2008 até 04/06/2009 | Período após 04/06/2009 até 04/06/2010 | | |
| ATIVO | | | | | | | |
| CIRCULANTE | | | | | | | |
| Conta de Consumo de Combustível - CCC | 45.568 | 983 | 9.352 | 38.109 | - | - | 94.012 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | - | - | 3.056 | 273 | - | - | 3.329 |
| Energia Itaipu - custo/variação cambial | 96.636 | 115 | - | - | - | - | 96.751 |
| Encargos do serviço do sistema - ESS | - | - | 24.268 | 40.986 | - | - | 65.254 |
| Encargos de Conexão à Rede | 7 | - | - | - | - | - | 7 |
| Transporte de energia - Itaipu | 22 | 1 | - | 34 | - | - | 57 |
| Transporte de energia pela rede básica | 160 | 65 | 2.184 | 1.118 | - | - | 3.527 |
| Taxa de Fiscalização | 1.040 | - | - | - | - | - | 1.040 |
| Ajuste Financeiro e Outros | - | - | 5.493 | 18.973 | - | - | 24.466 |
| Compra de Energia | - | - | - | 52.876 | - | - | 52.876 |
| Proinfa | - | - | 8.231 | - | - | - | 8.231 |
| Subtotal | 143.433 | 1.164 | 52.584 | 152.369 | - | - | 349.550 |
| NAO CIRCULANTE | | | | | | | |
| Conta de Consumo de Combustível - CCC | - | - | - | 38.109 | - | - | 38.109 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | - | - | - | 273 | - | - | 273 |
| Encargos do serviço do sistema - ESS | - | - | - | 40.986 | - | - | 40.986 |
| Transporte de energia - Itaipu | - | - | - | 34 | - | - | 34 |
| Transporte de energia pela rede básica | - | - | - | 1.117 | - | - | 1.117 |
| Ajuste Financeiro e Outros | - | - | - | 18.975 | - | - | 18.975 |
| Compra de Energia | - | - | - | 52.876 | - | - | 52.876 |
| Proinfa | - | - | - | 152.370 | - | - | 152.370 |
| Subtotal | - | - | - | 304.739 | - | - | 304.739 |
| Total | 143.433 | 1.164 | 52.584 | 152.369 | - | - | 654.289 |
| PASSIVO | | | | | | | |
| CIRCULANTE | | | | | | | |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | - | (141) | - | - | - | - | (141) |
| Energia Itaipu - custo/variação cambial | - | - | (11.617) | - | - | - | (11.617) |
| Encargos do serviço do sistema - ESS | - | (42) | - | - | - | - | (42) |
| Compra de energia elétrica | - | - | (6) | - | - | - | (6) |
| Ajuste Financeiro e Outros | - | (132) | (8.604) | - | - | - | (8.604) |
| Reserva Global de Reversão - RGR | (1.511) | - | - | - | - | - | (1.511) |
| Sobrecontratação | - | (115) | - | (4.110) | - | - | (4.225) |
| Proinfa | - | - | - | - | - | - | - |
| EMAÉ | - | - | - | - | (1.981) | - | (1.981) |
| Petrobrás | - | - | - | - | (2.699) | - | (2.699) |
| Transmissoras | - | - | - | - | (20.744) | - | (20.744) |
| Subtotal | (1.511) | (430) | (64.666) | (4.110) | (25.424) | (96.141) | (146.845) |
| NAO CIRCULANTE | | | | | | | |
| Proinfa | - | - | - | (4.110) | - | - | (4.110) |
| Subtotal | - | - | - | (4.110) | - | - | (4.110) |
| Total | (1.511) | (430) | (64.666) | (8.220) | (25.424) | (100.251) | (146.845) |
| Total Geral - Líquido | 141.922 | 734 | (12.082) | 296.519 | (25.424) | (401.669) | 307.739 |

No Ofício Circular nº 2.775/2008-SFF/ANEEL, de 24 de dezembro de 2008, foi observado que, em reunião realizada entre a ANEEL e o IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, foi discutida a possível reversão dos registros de ativos e passivos regulatórios em função do item 58 do Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis do CPC.

A análise quanto à inadmissibilidade do registro de ativos e passivos regulatórios surgiu em decorrência do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade uma vez que o International Accounting Standard Board - IASB havia dado essa orientação. Entretanto, em dezembro de 2008, o IASB decidiu colocar em sua agenda para o ano de 2009 a análise de atividades com tarifas reguladas, mais especificamente, para rever o tratamento contábil a ser dado ao registro de ativos e passivos regulatórios.

Em razão dessa análise que será efetuada pelo IASB foi decidido por não haver alteração nos critérios utilizados até o momento para registro de ativos e passivos regulatórios. Até 31 de dezembro de 2009, o IASB colocou em audiência pública minuta de seu pronunciamento técnico sobre "Rate-Regulated Activities". Essa minuta indicou a posição de se manter o registro dos ativos e passivos regulatórios. A expectativa é que o pronunciamento seja emitido no 1º semestre de 2011.

15. Investimentos

| | 2009 | 2008 |
|---------------------------------|--------------|--------------|
| Imóveis destinados a uso futuro | 5.438 | 2.876 |
| Outros | 4.062 | 6.326 |
| Total | 9.500 | 9.202 |

16. Imobilizado e Intangíveis

A composição do imobilizado e intangível é como segue:

| | 2009 | | | | 2008 | |
|---|------------------|------------------|------------------|-----------------------|------------------|------------------|
| | Custo Histórico | Reavaliação 1998 | 2007 | Depreciação Acumulada | Valor Líquido | Valor Líquido |
| Em Serviço | 7.864.272 | 1.391.128 | 1.438.108 | (4.038.257) | 6.655.251 | 6.584.871 |
| Distribuição | 121.484 | 792.981 | 286.281 | (117.034) | 1.200.746 | 1.200.976 |
| Edificações, Obras Civis e Benfeitorias | 270.457 | 4.963 | (54.686) | (117.034) | 103.700 | 92.980 |
| Máquinas e Equipamentos | 7.393.260 | 601.195 | 1.206.513 | (3.879.328) | 5.321.640 | 5.277.954 |
| Veículos | 48.595 | (4.302) | - | (23.718) | 20.575 | 4.285 |
| Móveis e Utensílios | 30.476 | (3.709) | - | (18.177) | 8.590 | 8.676 |
| Administração | 230.654 | (19.778) | 42.104 | (137.862) | 115.118 | 124.705 |
| Terrenos | 1 | 4.499 | 31.036 | - | 35.536 | 35.537 |
| Edificações, Obras Civis e Benfeitorias | 5.173 | 2.637 | 11.057 | (4.610) | 14.257 | 15.199 |
| Máquinas e Equipamentos | 86.123 | (4.103) | 11 | (58.559) | 23.472 | 20.415 |
| Veículos | 46.553 | (1.719) | - | (22.998) | 21.836 | 29.758 |
| Móveis e Utensílios | 92.804 | (21.092) | - | (51.895) | 20.017 | 23.796 |
| Comercialização | 34.618 | 850 | 7.156 | (18.655) | 23.769 | 26.075 |
| Terrenos | 225 | 2.686 | 6.753 | - | 9.664 | 9.664 |
| Edificações, Obras Civis e Benfeitorias | 3.106 | (117) | 403 | (764) | 2.628 | 2.225 |
| Máquinas e Equipamentos | 18.648 | (324) | - | (11.782) | 6.542 | 8.281 |
| Veículos | 381 | (136) | - | (244) | 1 | - |
| Móveis e Utensílios | 12.258 | (1.259) | - | (6.065) | 4.934 | 5.905 |
| Atividade Não Vinculada | 65.265 | 23.961 | 1.402 | (46.250) | 44.378 | 42.749 |
| Terrenos | 36 | 4.722 | - | - | 4.758 | 4.758 |
| Edificações, Obras Civis e Benfeitorias | 456 | 307 | - | (485) | 278 | 297 |
| Máquinas e Equipamentos | 64.689 | 18.932 | 1.402 | (45.757) | 39.266 | 37.650 |
| Móveis e Ut | | | | | | |

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20.1 A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

| Ativos e Passivos atuariais: | 2009 | 2008 |
|--|------------------|------------------|
| Valor presente das obrigações atuariais | 8.094.509 | 7.360.857 |
| Valor justo dos ativos do plano | (6.296.102) | (5.757.904) |
| Custo atuarial não reconhecido | 167.849 | 522.222 |
| Ganho do serviço passado não reconhecido | (736) | (810) |
| Total registrado | 1.965.520 | 1.224.365 |

20.2 A movimentação do valor presente das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 são demonstradas a seguir:

| | 2009 | 2008 |
|--|------------------|------------------|
| Valor presente das obrigações atuariais no início do ano | 7.360.857 | 6.968.689 |
| Custo dos serviços correntes | 17.165 | 12.365 |
| Custo dos juros | 848.390 | 769.204 |
| Benefícios pagos | (656.204) | (623.733) |
| Efeito de transferências de passivo | - | (4.039) |
| Variação atuarial | 524.401 | 238.371 |
| Valor presente das obrigações atuariais no final do ano | 8.094.509 | 7.360.857 |

20.3 A movimentação do valor justo dos ativos do plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 são demonstradas a seguir:

| | 2009 | 2008 |
|---|------------------|------------------|
| Valor dos ativos do plano no início do ano | 5.757.904 | 5.624.097 |
| Contribuição do empregador | 339.536 | 227.683 |
| Contribuições dos empregados | 34.524 | 32.835 |
| Efeito de transferências de ativo | - | (2.827) |
| Rendimento efetivo dos ativos do plano | (856.460) | 528.828 |
| Benefícios pagos | (686.322) | (652.712) |
| Valor justo dos ativos do plano no final do ano | 6.296.102 | 5.757.904 |

20.4 As despesas reconhecidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 foram as seguintes:

| | 2009 | 2008 |
|---|----------------|---------------|
| Custo dos serviços correntes | 16.577 | 12.863 |
| Custo dos juros | 848.390 | 769.204 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (680.432) | (681.442) |
| Custos de amortização | 70 | (8.127) |
| Contribuições normais - empregados | (3.918) | (4.353) |
| Total da despesa nos exercícios | 180.687 | 88.145 |

20.5 As despesas projetadas para o exercício de 2010 são as seguintes:

| | 2010 |
|---|----------------|
| Custo dos serviços correntes | 21.029 |
| Custo dos juros | 831.062 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (683.257) |
| Custos de amortização | 70 |
| Contribuições normais - empregados | (5.009) |
| Total da despesa projetada para o exercício | 163.895 |

20.6 A composição dos investimentos do plano por segmento, com base nas políticas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 são as seguintes:

| | Distribuição dos investimentos | | Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar |
|-----------------------------|--------------------------------|-------------|---|
| | 2009 | 2008 | |
| Renda Fixa | 66,33% | 75,20% | até 100% |
| Renda Variável | 29,94% | 21,10% | até 50% |
| Empréstimos a Participantes | 2,36% | 2,24% | até 15% |
| Imóveis | 1,37% | 1,46% | até 11% |
| Total | 100% | 100% | |

20.7 As premissas atuariais utilizadas pela Companhia em 2009 e 2008 são as seguintes:

| | 2009 | 2008 |
|--|---------------------------|---------------------------|
| Premissas econômicas: | | |
| Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial | 10,76% a.a. | 12,06% a.a. |
| Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano | 11,30% a.a. | 12,20% a.a. |
| Índice estimado de aumento nominal dos salários | 6,08% a.a. | 6,08% a.a. |
| Índice estimado de aumento nominal dos benefícios | 4,00% a.a. | 4,00% a.a. |
| Taxa estimada de inflação no longo prazo | 4,00% a.a. | 4,00% a.a. |
| Premissas demográficas: | | |
| Tábuas biométricas de mortalidade | AT-83 | AT-83 |
| Tábuas biométricas de entrada em invalidez | Tábuas Mercer | Tábuas Mercer |
| Taxa de rotatividade esperada | 0,30/(tempo de serviço+1) | 0,30/(tempo de serviço+1) |

20.8 As expectativas de pagamentos de benefícios futuros pela Fundação Cesp projetadas pelo consultor atuarial externo são as seguintes:

| Ano | Projeção |
|---------------------|------------------|
| 2010 | 741.778 |
| 2011 | 654.306 |
| 2012 | 652.562 |
| 2013 | 651.008 |
| 2014 | 649.037 |
| Próximos cinco anos | 3.187.355 |
| | 6.536.046 |

20.9 A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Fundação Cesp a partir de 1997, com intervenção da Secretaria Nacional de Previdência Complementar ("SPC"), na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos ativos independentes, e possuem cláusulas variáveis, conforme segue:

| | 2009 | | | 2008 | | |
|---|---------------|------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Empréstimos e financiamentos: | | | | | | |
| Confissão de dívida Ila (i) | 9.338 | 355.584 | 364.922 | 47.932 | 370.120 | 418.052 |
| Confissão de dívida Ila (ii) | 4.847 | 184.570 | 189.417 | 24.876 | 192.075 | 216.951 |
| Contrato de ajustes de reserva matemática (iii) | 70.654 | 1.828.851 | 1.899.505 | 185.577 | 2.200.424 | 2.386.001 |
| Total do Contrato | 84.839 | 2.369.005 | 2.453.844 | 258.385 | 2.762.619 | 3.021.004 |
| Diferença (*) | - | (488.324) | (488.324) | - | (896.639) | (896.639) |
| Total Registrado | 84.839 | 1.880.681 | 1.965.520 | 258.385 | 1.865.980 | 2.124.365 |

(*) A parcela do contrato de ajuste de reserva não registrada, no montante de R\$ 488.324 (R\$ 896.639, em 31 de dezembro de 2008), é decorrente da diferença de premissas utilizadas pela Companhia para fins de atendimento da Deliberação CVM nº 371/2000 e aquelas utilizadas pela Fundação Cesp (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento das Resoluções do Conselho Geral de Previdência Complementar, órgão regulador dos fundos de pensão. Por ter o referido contrato de confissão de dívida um montante variável e ser ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fundação CESP, essa diferença será eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

(i) Refere-se ao Instrumento Particular de Aditivo ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida e outras Avenças, assinado em 11 de fevereiro de 1999, com intervenção da Secretaria Nacional de Previdência Complementar e adotado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2008. Esse contrato é corrigido por índice contratualmente estipulado: IGP-DI + 6% ao ano ou variação da TR + 8% a.a., dos dois o maior.

(ii) Refere-se ao valor de mercado dos imóveis da Eletropaulo devolvidos pela Fundação Cesp à Companhia, em 31 de dezembro de 1999, aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2008. As parcelas mensais são corrigidas pela variação da TR + 8% ao ano ou por IGP-DI + 6% ao ano, deles o que for maior.

(iii) Refere-se ao saldo líquido das reservas a amortizar, déficit e superávit técnico do BSPS, aditado pela segunda vez em 12 de agosto de 2008, para pagamento em 244 parcelas mensais, a partir de 31 de janeiro de 2008. Esse saldo é corrigido mensalmente pelo custo atuarial e ajustado anualmente com base na avaliação atuarial.

21. Obrigações Estimadas

| | 2009 | 2008 |
|---|---------------|---------------|
| CIRCULANTE | | |
| Folha de pagamento - férias e gratificações | 67.066 | 67.954 |
| Encargos sociais sobre férias e gratificações | 9.302 | 8.576 |
| Programa de Desligamento Voluntário - 2007 | 91 | 563 |
| Total | 76.459 | 77.093 |

22. Provisões para Litígios e Contingências

| | Passivo | | | Ativo | | |
|---|------------------|-------------------------|------------------------------|------------------|-------------------|----------------|
| | 2008 | Atualizações/ Ingressos | Reversões/ Reclasseificações | 2009 | Depósito judicial | 2008 |
| Trabalhista (a) | 418.490 | 230.237 | (209.694) | 421.965 | 294.392 | 390.453 |
| Cofins (b) | 813.943 | 32.997 | - | (846.940) (*) | - | - |
| Cofins - novotena (b) | 18.461 | 1.134 | - | 19.595 | - | - |
| Plano Cruzado - reajuste de tarifa (c) | 39.987 | 17.024 | (30.281) | 24.385 | 22.167 | 30.921 |
| Processos cíveis (d) | 69.215 | 30.435 | (46.308) | 53.342 | - | - |
| Processos administrativos - prefeituras (e) | 1.580 | - | - | 1.580 | - | - |
| Processos fiscais (f) | 42.736 | 44.542 | (166) | (6.048) | 85.064 | 124.286 |
| Meio Ambiente | 23.239 | 5 | (10.269) | (61) | 12.914 | - |
| Outros | 21.162 | 3.427 | (776) | (2.634) | 21.179 | 15 |
| Total | 1.452.813 | 359.801 | (297.494) | (875.096) | 640.024 | 440.860 |
| Circulante | 229.778 | - | - | 269.702 | - | - |
| Não Circulante | 1.223.035 | - | - | 370.322 | 440.860 | 539.549 |
| Total | 1.452.813 | - | - | 640.024 | 440.860 | 539.549 |

(*) Nota nº 42.

a) Trabalhista: os processos e trabalhistas movidos por ex-funcionários da Companhia requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e insalubridade e equivalência salarial por o desempenho de funções similares. Os valores dos depósitos judiciais relativos a reclamações trabalhistas são decorrentes da necessidade de constituições de depósitos judiciais correspondentes aos valores de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do pleito. A Companhia tem intensificado a política de acordos.

b) Cofins: a Companhia impetrou Mandado de Segurança questionando a constitucionalidade das modificações do ato da autoridade legislativa nos termos da Lei nº 9.718/1998, referente aos artigos 3º e 8º, mantendo provisionada a parcela da Cofins acrescida dos encargos relativos à atualização monetária dos valores devidos referentes à majoração da alíquota de 2% para 3% e ampliação da base de cálculo. Em 29 de outubro de 2007, o Tribunal Regional Federal julgou recurso da União Federal e manifestou-se pela inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo desta contribuição e pela validade do aumento de alíquota. Contra tal decisão, a Companhia apresentou recurso em 5 de novembro de 2007, o qual foi julgado, em 10 de junho de 2008, desfavoravelmente à Companhia. Em 1º de julho de 2008, a Companhia apresentou recurso de embargos de declaração, o qual foi julgado em 23 de setembro de 2008. Tal recurso não alterou a decisão acima mencionada e a parte da decisão que entendeu válida a majoração da alíquota se tornou definitiva.

No entanto, tendo em vista que a Companhia continuou discutindo a cobrança de tais valores com fundamento na ocorrência de decadência do direito da União Federal de lançar/constituir esta contribuição, a mesma tomou a decisão de não efetuar o pagamento dessa obrigação. Contudo em outubro de 2008, a Companhia registrou a multa de R\$ 71.500.

No que tange à parte da decisão relativa à ampliação da base de cálculo, a União Federal tomou conhecimento da mesma em 13 de outubro de 2008 e apresentou recurso às instâncias superiores dentro do prazo legal. Contudo, mesmo diante destes recursos, a Companhia, apoiada em opiniões legais e de especialista contábil, concluiu que a decisão é irreversível, em razão dos fortes precedentes dos Tribunais Superiores favoráveis às demandas análogas à da Companhia e na análise do conteúdo dos recursos apresentados pela União. Diante disto, em dezembro de 2008, a Companhia reverteu do passivo relativo a demanda, no montante de R\$ 190.654. Em março de 2009 a ação transitou em julgado, a favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo remanescente refere-se à novotena e foi formado por valores dos meses de maio a julho de 2004.

A partir de fevereiro de 2004, a Companhia passou a reconhecer e a recolher os valores da Cofins, apurado na modalidade não-cumulativa, na forma da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Durante o exercício de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Fiscal ("REFIS") de Tributos Federais.

A Cofins decorrente do aumento de alíquota de 2% para 3%, que estava sendo questionada judicialmente passou a incorporar esta adesão - nota nº 42.

c) Plano Cruzado - reajuste de tarifa: refere-se a processos movidos contra a Companhia por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DANAE (atual ANEEL) em 1996, durante o período em que o consumo econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1996. Foram revisados os processos e alguns tiveram seus valores alterados amparados em decisões transitadas em julgado que extinguíram em parte os processos relativamente ao valor do principal. Atualmente, os processos prosseguem apenas com relação à parte controversa resultante da diferença de cálculo do principal apresentado pelas partes.

d) Processos cíveis: existem processos cíveis de natureza geral. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

e) Processos Administrativos - prefeituras: existem processos de natureza administrativa de prefeituras. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

f) Processos fiscais: existem processos fiscais de natureza geral. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

Conforme preceitos do pronunciamento do IBRACON por meio da Norma e Procedimento de Contabilidade NBC 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 3 de outubro de 2005, seguem resumidas abaixo as discussões judiciais classificadas como de probabilidade de perdas possíveis, e portanto, ainda não registradas contabilmente. A avaliação das probabilidades está embasada em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2009.

| Notas | Valor de Contingência Estimada 31/12/2009 | |
|-------|--|-----------------|
| 22.1 | Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986 | 1.008.830 |
| 22.2 | SIIEESP - Sindicato das Indústrias de Energia Elétrica SP | 13.448 |
| 22.3 | Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública | Não determinado |
| 22.4 | Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais | Não determinado |
| 22.5 | Revisão Tarifária - Inclusão Benefício Fiscal | Não determinado |
| 22.6 | Abertura de Agências - Ação Civil Pública | Não determinado |
| 22.7 | Ação Civil Pública - Contas Vencidas | Não determinado |
| 22.8 | Ação Indenizatória - Volkswagen | 1.639 |
| 22.9 | Autuação PC/LD - Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa | 35.167 |
| 22.10 | Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRAE e ANDEC | Não determinado |
| 22.11 | COSIP - repasse | 1.794 |
| 22.12 | Ação Popular - Maruzan Conrado | 13.594 |
| 22.13 | DER - Remanejamento de Postes | Não determinado |
| 22.14 | Ecovias - Remanejamento de Postes | Não determinado |
| 22.15 | Ecovias - Uso do solo | Não determinado |
| 22.16 | AIT | 78.343 |
| 22.17 | Ação Civil Pública - City Boacava | Não determinado |
| 22.18 | Ação Civil Pública - ETD Panoramá | Não determinado |
| 22.19 | Recolhimento do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço | 75.361 |
| 22.20 | PASEP - Suspensão de Exigibilidade | 29.752 |
| 22.21 | FGTS - Moradia | 7.354 |
| 22.22 | NFLDs - Execuções Fiscais | 45.994 |
| 22.23 | CSLL - Base Negativa | 59.041 |
| 22.24 | IRPJ e CSLL - Overseas | 591.656 |
| 22.25 | Execuções Fiscais Municipais - Diversas | 17.710 |
| 22.26 | PIS - Decretos nºs 2445/88 e 2449/88 | 38.970 |
| 22.27 | PIS - Estatuto da Decadência | 186.300 |

22.1 Eletrobrás - Contrato de Financiamento

Em novembro de 1986 a empresa Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo Estatal), obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 empréstimo das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

Tendo-se em vista os questionamentos que surgiram acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado e a impossibilidade de se chegar a um entendimento com a Eletrobrás, em dezembro de 1988 a Eletropaulo Estatal propôs Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás.

Ao propor a demanda acima mencionada, a Eletropaulo Estatal realizou o depósito judicial do valor que apurou como representativo do saldo devedor, qual seja, aquele que era devido pelo valor principal acrescido de correção monetária anual.

Após apresentar a sua proposta na Ação de Consignação em Pagamento, em abril de 1989 a Eletrobrás ajuizou Ação de Cobrança contra a Eletropaulo Estatal perante a 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro (5ª Vara Cível), fundamentando seu pedido de cobrança na alegação de que os valores depositados

na Ação de Consignação não estavam de acordo com os termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que este, de acordo com a interpretação da Eletrobrás, previa correção monetária mensal do valor principal e não anual conforme sustentado pela Eletropaulo Estatal.

Durante o andamento de ambas as ações, foi firmado o Protocolo de Cisão em 22 de dezembro de 1997, onde a Eletropaulo Estatal foi cindida em 04 (quatro) empresas, quais sejam: atual Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade de São Paulo S.A. (Companhia), Bandeirante Energia S.A. (Bandeirante), Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) e Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. (EPTe), sendo que esta última acabou por ser incorporada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP).

Em abril de 1999, a 5ª Vara Cível, em decisão de primeira instância, julgou tanto a Ação de Cobrança como a Ação de Consignação em Pagamento em favor da Eletrobrás, reconhecendo, na primeira ação, que a correção monetária do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 é mensal, na segunda ação, que o valor depositado pela Eletropaulo Estatal não estava de acordo com os termos do já mencionado Contrato, reconhecendo que a Eletropaulo Estatal estava em mora com a Eletrobrás.

Ao não enviar os termos da Sentença para uma reanálise do TJRJ, em todas as medidas em que nas questões quaisquer dos Recursos cabíveis à época em que as ações foram sentenciadas, a Eletropaulo Estatal sagrou-se perdedora em meio as presentes referentes à correção monetária do referido Contrato de Financiamento.

Em Setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou Ação de Execução, também na 5ª Vara Cível, e, com base no seu entendimento dos termos constantes do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal exigiu, em termos proporcionais das empresas Companhia (90,11%) e CTEEP (9,89%) os valores que lhes teriam sido transferidos como passivo.

Por conta de tal posicionamento, foi exigido da CTEEP o pagamento de valor correspondente ao depositado na Ação de Consignação em Pagamento (valor principal do Contrato de Financiamento acrescido de correção monetária anual) e da Companhia de valor que corresponde aos atuais R\$ 1.008.830, quantia que representa a diferença entre a correção anual e a correção mensal do Contrato de Financiamento devidamente atualizado até dezembro de 2009.

Em novembro de 2002, em decisão de primeira instância, a 5ª Vara Cível não acolheu os argumentos da Companhia e a manteve como parte do processo, sendo que desta decisão foi apresentado Recurso perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Em setembro de 2003 o TJRJ acolheu todos os argumentos levados pela Companhia, acabando por reconhecer, com base no Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal, que a empresa não seria responsável pela quitação do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que o passivo por ele representado teria sido verificado à EPTe, empresa incorporada pela CTEEP.

Tendo em vista a decisão que lhe desfavorável a Eletrobrás, em dezembro de 2003, apresentou Recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Fede (STF) com vistas à cassação da decisão do TJRJ. Por sua vez, a CTEEP, em março de 2004, também buscou a reversão da decisão do TJRJ através de Recursos aos Tribunais Superiores.

Sem adentrar nos méritos dos processos ou nas disposições do Contrato de Financiamento, em junho de 2006, o STJ reverteu a decisão que eximia a Companhia de qualquer responsabilidade pelos débitos discutidos no processo e, mais importante, a excluiu da execução litigiosa. De acordo com a mencionada Corte Superior, o litígio entre as partes requer a apreciação de questões através de procedimento que não a exceção de Pré-Executividade interposta e, por tal motivo, o processo deveria retornar à primeira instância (5ª Vara Cível) para uma completa análise das questões que envolvem as três empresas (Companhia, CTEEP e Eletrobrás), o Contrato de Financiamento e o Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal.

Contra esta decisão perante o STJ foram interpostos, em dezembro de 2006 recursos de "Embargos de Declaração", em abril de 2007 "Embargos de Divergência", e "Recurso Extraordinário", sendo que todos os recursos não foram decididos em favor da Companhia.

Em novembro de 2007 o STF, o STJ e o STF, respectivamente, mantiveram a decisão que determinou o retorno do processo à primeira instância (

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher

| | 2009 | 2008 |
|---|---------------|---------------|
| CIRCULANTE | | |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | 32.243 | 27.687 |
| Quota para a CCC - Sistemas Isolados | 8.074 | 41.270 |
| Quota para a Reserva Global de Reversão | 7.214 | 7.811 |
| Outras encargos | 537 | 570 |
| Total | 48.068 | 77.338 |

24. Pesquisa, Desenvolvimento e Eficiência Energética

| | 2009 | 2008 |
|---|----------------|----------------|
| CIRCULANTE | | |
| Pesquisa e Desenvolvimento | 80.880 | 82.494 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico | 2.975 | 21.714 |
| Ministério de Minas e Energia | 1.488 | 10.857 |
| Eficiência Energética | 122.799 | 121.976 |
| Total | 208.142 | 237.041 |

25. Outras Obrigações (Passivo Circulante e Não Circulante)

| | 2009 | 2008 |
|---|---------------|----------------|
| CIRCULANTE | | |
| Devolução - Obrigações Vinculadas à Concessão | 43.061 | 32.999 |
| Empréstimo Compulsório Eletrobrás | 3.420 | 4.529 |
| Brasil Ferrovias S.A. | - | 3.257 |
| Pagamento em Duplicidade - Baixa Tensão | 3.257 | 3.257 |
| Programa Baixa Renda | 3.528 | 3.528 |
| IPTU - Outras prefeituras | 155 | 770 |
| PIS/Cofins Diferença de Alíquota | 2.539 | 44.970 |
| Taxa de fiscalização - ANEEL | 1.426 | 1.365 |
| Outras | 26.086 | 31.483 |
| Total | 83.472 | 126.158 |
| NÃO CIRCULANTE | | |
| Obrigações Estimadas | 2.040 | 2.313 |
| Outras | 5.589 | 2.469 |
| Total | 7.629 | 4.782 |

26. Capital Social e Reserva de Reavaliação

a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2009 e 2008 o capital social autorizado da Companhia é de R\$ 3.248.680, sendo R\$ 1.082.900 em ações ordinárias e R\$ 2.165.780 em ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2009 e 2008 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.057.629.
O capital social da Companhia está representado por 167.343.887 ações, sendo 66.604.817 ações ordinárias e 100.739.070 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Composição acionária

| Acionistas | Tipo | 2009 | | 2008 | |
|---------------------------------|------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | | Quantidade | % | Quantidade | % |
| AES Elpa S.A. | ON | 51.825.798 | 30,97 | 51.825.798 | 30,97 |
| União Federal | ON | 13.342.384 | 7,97 | 13.342.384 | 7,97 |
| Outros | ON | 1.436.635 | 0,86 | 1.436.635 | 0,86 |
| Subtotal | ON | 66.604.817 | 39,80 | 66.604.817 | 39,80 |
| Outros | PNA | 2.369.349 | 1,42 | 2.369.349 | 1,42 |
| Companhia Brasileira de Energia | PNB | 7.434.391 | 4,44 | 7.434.391 | 4,44 |
| Light Participações - LIGHTPAR | PNB | 2.095.644 | 1,25 | 2.095.644 | 1,25 |
| Outros | PNB | 88.839.686 | 53,09 | 88.839.686 | 53,09 |
| Subtotal | PNB | 98.369.721 | 58,78 | 98.369.721 | 58,78 |
| Total das ações | | 167.343.887 | 100,00 | 167.343.887 | 100,00 |

c) Reserva de reavaliação
Em 31 de dezembro de 2009 o saldo correspondente à reserva de reavaliação montava R\$ 2.068.533 (R\$ 2.142.917, em 31 de dezembro de 2008), e está sendo apresentado líquido do imposto de renda e contribuição social sobre o valor da reavaliação dos bens depreciáveis. Os efeitos tributários sobre realização, por alienação ou baixa, de reserva de reavaliação de terrenos, são reconhecidos diretamente em conta de lucros acumulados, no momento da alienação ou baixa do respectivo terreno.

| | Reavaliação | | Total |
|--------------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 1998 | 2007 | |
| Saldo em 31/12/2008 | 1.090.669 | 1.052.248 | 2.142.917 |
| Realização da reserva de reavaliação | (48.063) | (63.264) | (111.327) |
| (-) IR sobre realização de reserva | 11.696 | 15.467 | 27.163 |
| (-) CS sobre realização de reserva | 4.211 | 5.569 | 9.780 |
| Saldo em 31/12/2009 | 1.058.513 | 1.010.020 | 2.068.533 |

Conforme facultado pelo art. 4º da Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, a Administração da Companhia decidiu pela manutenção do saldo da Reserva de Reavaliação constituída em período anterior à vigência da Lei nº 11.638/2007.
De acordo com o item I do parágrafo 4º desse mesmo artigo, em se mantendo o saldo da Reserva de Reavaliação o valor do Ativo Imobilizado reavaliado existente no início do exercício passa a ser considerado como o novo valor de custo para fins de mensuração futura e de determinação do valor recuperável.

27. Destinação do Resultado

A base de apuração de dividendos, pode ser apresentada como segue:

| | 2009 | 2008 |
|--|------------------|------------------|
| Lucro líquido do exercício | 1.063.194 | 1.026.128 |
| Realização da reserva de reavaliação - líquida | 73.476 | 71.740 |
| Constituição de reserva legal | (56.834) | (54.893) |
| Subtotal | 1.079.836 | 1.042.975 |
| Dividendos intermediários distribuídos (i) | (322.721) | (359.472) |
| Juros sobre Capital Próprio propostos (ii) | (70.799) | (68.813) |
| Dividendos complementares propostos | (686.316) | (614.690) |
| Saldo de Lucros Acumulados | - | - |

(i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2009, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 322.721.
(ii) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de dezembro de 2009, foi aprovada a proposta de distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 70.799.
As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei. As ações preferenciais têm direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ordinárias, na forma do Estatuto e da Lei.

| Dividendos intermediários distribuídos | Ação | 2009 | | 2008 | |
|---|------|------|------------|------|------------|
| | | Tipo | R\$ p/Ação | Tipo | R\$ p/Ação |
| Juros sobre Capital Próprio propostos - (Bruto) | ON | 1,82 | 2,03 | PN | 2,00 |
| | PN | 2,00 | 2,23 | ON | 0,40 |
| Dividendos complementares propostos | ON | 0,44 | 0,39 | PN | 0,44 |
| | PN | 3,87 | 3,46 | ON | 3,87 |
| | | 4,26 | 3,81 | PN | 4,26 |

28. Receita Operacional Líquida

| Formecimento de energia elétrica | Nº de consumidores | | MWh (*) | | R\$ | |
|---|--------------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|------------------|
| | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 |
| Classe de consumidores | | | | | | |
| Residencial | 5.594.375 | 5.419.310 | 15.014.484 | 14.426.622 | 4.416.133 | 3.899.127 |
| Industrial | 29.983 | 31.192 | 6.031.985 | 6.559.163 | 1.587.054 | 1.644.670 |
| Comercial | 357.050 | 364.638 | 10.751.760 | 10.301.095 | 3.001.071 | 2.753.909 |
| Rural | 768 | 818 | 25.904 | 27.330 | 3.595 | 3.576 |
| Poder público: | | | | | | |
| Federal | 1.257 | 1.178 | 141.369 | 160.680 | 40.440 | 44.118 |
| Estadual | 4.408 | 3.911 | 588.967 | 538.761 | 164.792 | 149.880 |
| Municipal | 8.901 | 8.355 | 417.415 | 400.785 | 127.023 | 114.992 |
| Iluminação pública | 1.519 | 1.479 | 899.330 | 877.823 | 134.452 | 124.474 |
| Serviço público | 1.245 | 1.212 | 565.084 | 567.513 | 126.702 | 120.944 |
| Encargos de capacidade emergencial | - | - | - | - | 18 | 365 |
| Encargo de aquisição de energia emergencial | - | - | - | - | - | (7) |
| Transferência para atividade de distribuição | - | - | - | - | (5.228.412) | (4.953.437) |
| Subtotal - Fornecimento | 5.999.506 | 5.832.093 | 34.436.298 | 33.859.772 | 4.372.868 | 3.902.611 |
| Outras | | | | | | |
| Revisão tarifária - Ajustes - Amortização | - | - | - | - | 19.979 | 5.373 |
| Transmissoras | - | - | - | - | 25.760 | 43.007 |
| PIS/Cofins - Diferença de Alíquota | - | - | - | - | 44.804 | (31.305) |
| CVA Energia/Transporte/Encargos Setoriais/Itens Financeiros | - | - | - | - | (200.184) | 124.969 |
| Não faturado | - | - | - | - | 29.655 | 17.972 |
| Disponibilização do sistema de distribuição e distribuição - TUSD | 229 | 216 | 6.832.324 | 7.382.788 | 492.201 | 465.534 |
| Transferência para atividade de distribuição | - | - | - | - | 5.228.412 | 4.953.437 |
| Energia no curto prazo | - | - | - | - | 30.019 | 3.945 |
| Outras receitas | - | - | - | - | 91.731 | 86.462 |
| Quota para Reserva Global de Reversão | - | - | - | - | (62.032) | (56.186) |
| Encargo de capacidade emergencial | - | - | - | - | 7 | (365) |
| Encargo de aquisição de energia emergencial | - | - | - | - | - | - |
| Eficiência Energética, P&D, FNDCT e EPE | - | - | - | - | (82.877) | (78.827) |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | - | - | - | - | (368.704) | (330.753) |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - CVA | - | - | - | - | (3.033) | (12.344) |
| Conta de Consumo de Combustível - CCC | - | - | - | - | (297.532) | (312.604) |
| Conta de Consumo de Combustível - CCC - CVA | - | - | - | - | (85.756) | (153.093) |
| Encargos do Consumidor - outros encargos (Proinfa) | - | - | - | - | (14.118) | (14.118) |
| Cofins - corrente | - | - | - | - | (950.617) | (887.741) |
| Cofins - diferido | - | - | - | - | (1.842) | - |
| PIS - corrente | - | - | - | - | (208.839) | (192.733) |
| PIS - diferido | - | - | - | - | - | (746) |
| ISS | - | - | - | - | (690) | (800) |
| Subtotal - Outras | 229 | 216 | 6.832.324 | 7.382.788 | 3.677.031 | 3.627.249 |
| Total | 5.999.735 | 5.832.309 | 41.268.622 | 41.242.560 | 8.049.899 | 7.529.860 |

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.
Em consonância ao Ofício Circular nº 2.775, de 24 de dezembro de 2008, a despesa do PROINFA - Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica, originalmente registrado no resultado sob a rubrica de Energia Comprada para Revenda - PROINFA, foi reclassificado para a rubrica de Encargos do Consumidor - Outros no grupo de Deduções à Receita da Tarifa, em montante correspondente aos valores faturados para os consumidores livres à título de PROINFA, por não representarem recursos da concessionária, sendo esta última, apenas agente repassador.
Dos valores da receita com o Fornecimento de energia elétrica e Disponibilização do sistema de distribuição - TUSD, apresentados acima, estão excluídos os valores relativos ao ICMS, os quais apresentamos abaixo:

| | 2009 | 2008 |
|--|------------------|------------------|
| Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD | 694.915 | 562.302 |
| Consumidores Livres | (202.714) | (96.768) |
| (-) ICMS | 492.201 | 465.534 |
| Transferência entre atividades | 6.450.884 | 6.114.013 |
| (-) ICMS | (1.222.472) | (1.160.576) |
| Outras atividades | 5.228.412 | 4.953.437 |
| (-) ICMS | (1.068.319) | (921.186) |
| | 1.260.967 | 1.189.703 |

29. Custo do Serviço de Energia Elétrica

| | MWh (*) | | R\$ | |
|--|-------------------|-------------------|------------------|------------------|
| | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 |
| a) Energia elétrica comprada para revenda: | | | | |
| Moeda Estrangeira | | | | |
| ITAIPU | 10.445.062 | 10.587.835 | 1.025.555 | 905.046 |
| ITAIPU - CVA | - | - | 68.484 | 203.725 |
| Contrato bilateral - AES Tietê | 11.104.944 | 11.138.112 | 1.675.523 | 1.566.738 |
| Contrato bilateral - AES Uruguaiana | 27.765 | 404.086 | 3.514 | 47.599 |
| Contrato bilateral - Outros | 202.867 | 223.250 | 32.027 | 31.559 |
| Compra - CCEAR | 895.986 | 1.130.889 | 563 | 117.797 |
| Compra - CCEAR - CVA | 18.475.441 | 15.671.257 | 1.562.214 | 1.202.256 |
| Compra - CCEAR - CVA | - | - | (52.075) | (27.819) |
| Proinfa | 873.893 | 525.487 | 126.167 | 81.575 |
| (-) Créditos PIS/Cofins | - | - | (397.917) | (374.570) |
| Total | 42.025.958 | 39.680.916 | 4.044.055 | 3.753.902 |
| b) Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição: | | | | |
| Uso da Rede Básica | - | - | 864.405 | 762.782 |
| Uso da Rede Básica - CVA | - | - | (1.955) | 2.652 |
| Encargos do Serviço do Sistema - ESS | - | - | 123.074 | 80.799 |
| Transporte de Energia - Furnas/Itaipu | - | - | 75.505 | 74.588 |
| ONS - Operador Nacional do Sistema | - | - | 23.987 | 19.974 |
| CUSD - Custo do Uso do Sistema de Distribuição | - | - | 20.480 | 38.435 |
| Conexão a Rede Básica - CTEEP | - | - | 69.407 | 61.014 |
| Conexão a Rede Básica - CTEEP - CVA | - | - | (2.718) | 1.401 |
| (-) Créditos PIS/Cofins | - | - | (106.208) | (95.255) |
| Total | - | - | 1.065.977 | 946.390 |

30. Custo do Serviço Prestado a Terceiros

| | 2009 | 2008 |
|----------------------|--------------|----------------|
| Pessoal | 6.617 | 3.804 |
| Material | (4.630) | (136) |
| Serviço de Terceiros | 6.323 | (8.298) |
| Outros | 116 | (4.461) |
| Total | 8.426 | (9.091) |

31. Despesas Operacionais

| | 2009 | 2008 |
|--|----------------|----------------|
| Despesas com vendas | | |
| Serviços de Terceiros | 31.240 | 26.512 |
| Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD - nota nº 13 | 275.240 | 34.106 |
| (Recuperação)/Perdas no Contas a Receber | (229.648) | 100.702 |
| Total | 76.832 | 161.320 |
| Despesas Gerais e Administrativas | | |
| Pessoal | 308.804 | 247.144 |
| Material | 4.101 | 2.019 |
| Serviços de Terceiros | 97.907 | 109.609 |
| Depreciação e Amortização | 26.809 | 25.192 |
| Total | 437.621 | 383.964 |
| Outras Despesas Operacionais | | |
| Arrendamentos e Aluguéis | 2.966 | 559 |
| Seguros | 2.749 | 2.575 |
| Tributos | 21.665 | 18.762 |
| Recuperação de Despesas | (28.802) | (11.517) |
| Doações e Contribuições | 3.808 | 5.449 |
| Taxa de Fiscalização - ANEEL | 17.906 | 20.923 |
| Provisões para Contingências | 2.485 | 35.592 |
| Tarifa bancária | 43.428 | 41.857 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

37. Seguros
 Em 31 de dezembro de 2009, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

| Risco | Data de Vigência | | Importância Segurada |
|------------------------|------------------|-------------|--------------------------|
| | de | até | |
| Riscos Operacionais | 1-abr-2009 | 1-abr-2010 | 1.398.600 |
| Vida em grupo | 1-nov-2009 | 1-nov-2010 | 25 X salário |
| Responsabilidade Civil | 1-jun-2009 | 1-jun-2010 | 30.000 |
| Frota veículos - RCF | 31-ago-2009 | 31-ago-2010 | RCF Garantia Única 1.000 |

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

38. Instrumentos Financeiros

38.1 Considerações Gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade na rubrica dos seguintes instrumentos financeiros:

- a) Disponibilidade (nota nº 9);
- b) Aplicações Financeiras (nota nº 5);
- c) Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota nº 6);
- d) Serviços prestados (nota nº 9);
- e) Devedores diversos (nota nº 10);
- f) Contas a receber - Acordos (nota nº 11);
- g) Empréstimos e financiamentos - incluem encargos (nota nº 19);
- h) Debêntures (nota nº 19);

38.2 Valor Justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

| | 2009 | | 2008 | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Valor Contábil | Valor de Mercado | Valor Contábil | Valor de Mercado |
| ATIVO | | | | |
| Numerário Disponível | 10.476 | 10.476 | 5.509 | 5.509 |
| Numerário em Trânsito | 78.472 | 78.472 | 49.155 | 49.155 |
| Títulos e valores mobiliários | 89.886 | 89.886 | 73.947 | 73.947 |
| Aplicações financeiras | 1.070.411 | 1.070.411 | 1.461.920 | 1.461.920 |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 1.438.899 | 1.438.899 | 1.331.758 | 1.331.758 |
| Serviços prestados a terceiros - Faturados | 14.754 | 14.754 | 14.837 | 14.837 |
| Serviços em curso | 5.401 | 5.401 | 7.870 | 7.870 |
| Outros - Iluminação Pública - Faturados | 108 | 108 | 166 | 166 |
| Créditos com empregados | 832 | 832 | 987 | 987 |
| Termo de confissão de dívida - acordos | 1.064 | 1.064 | 2.542 | 2.542 |
| Prefeitura Municipal de São Paulo - acordos | 226.361 | 226.361 | - | 136.742 |
| Prefeituras municipais diversas - acordos | 117.536 | 117.536 | 136.742 | 79.926 |
| Consumidores - acordos | 82.599 | 82.599 | 79.926 | 79.926 |
| Total | 3.136.799 | 3.136.799 | 3.165.359 | 3.165.359 |
| PASSIVO | | | | |
| Empréstimos e financiamentos - incluem encargos | 1.440.570 | 1.453.193 | 950.809 | 951.248 |
| Debêntures | 1.079.250 | 1.080.336 | 1.094.068 | 1.029.048 |
| Outras obrigações - Swap Cambial | - | - | 20.195 | 20.195 |
| Total | 2.519.820 | 2.533.529 | 2.065.072 | 2.000.491 |

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. Para os instrumentos de *hedge*, foram utilizadas as curvas de mercado desses contratos na data do balanço.

38.3 Instrumentos Financeiros por Categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

| | 2009 | | |
|---|--------------------------|------------------------|------------------|
| | Empréstimos e recebíveis | Disponíveis para venda | Total |
| ATIVO | | | |
| Numerário Disponível | - | 10.476 | 10.476 |
| Numerário em Trânsito | - | 78.472 | 78.472 |
| Títulos e valores mobiliários | - | 89.886 | 89.886 |
| Aplicações financeiras | - | 1.070.411 | 1.070.411 |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 1.438.899 | - | 1.438.899 |
| Serviços prestados a terceiros - Faturados | 14.754 | - | 14.754 |
| Serviços em curso | 5.401 | - | 5.401 |
| Outros - Iluminação Pública - Faturados | 108 | - | 108 |
| Créditos com empregados | 832 | - | 832 |
| Termo de confissão de dívida - acordos | 1.064 | - | 1.064 |
| Governo do Estado de São Paulo - Acordos | 226.361 | - | 226.361 |
| Prefeituras municipais diversas - acordos | 117.536 | - | 117.536 |
| Consumidores - acordos | 82.599 | - | 82.599 |
| Total | 1.887.554 | 1.249.245 | 3.136.799 |
| PASSIVO | | | |
| Empréstimos e financiamentos - incluem encargos | 1.440.570 | - | 1.440.570 |
| Debêntures | 1.079.250 | - | 1.079.250 |
| Outras obrigações - Swap Cambial | - | - | - |
| Total | 2.519.820 | - | 2.519.820 |

| | 2008 | | | |
|---|--------------------------|---|------------------------|------------------|
| | Empréstimos e recebíveis | Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no resultado | Disponíveis para venda | Total |
| ATIVO | | | | |
| Numerário Disponível | - | - | 5.509 | 5.509 |
| Numerário em Trânsito | - | - | 49.155 | 49.155 |
| Títulos e valores mobiliários | - | - | 73.947 | 73.947 |
| Aplicações financeiras | - | - | 1.461.920 | 1.461.920 |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias | 1.331.758 | - | - | 1.331.758 |
| Serviços prestados a terceiros - Faturados | 14.837 | - | - | 14.837 |
| Serviços em curso | 7.870 | - | - | 7.870 |
| Outros - Iluminação Pública - Faturados | 166 | - | - | 166 |
| Créditos com empregados | 987 | - | - | 987 |
| Termo de confissão de dívida - acordos | 2.542 | - | - | 2.542 |
| Governo do Estado de São Paulo - acordos | 136.742 | - | - | 136.742 |
| Prefeituras municipais diversas - acordos | 79.926 | - | - | 79.926 |
| Consumidores - acordos | 1.574.828 | - | 1.590.531 | 3.165.359 |
| PASSIVO | | | | |
| Empréstimos e financiamentos - incluem encargos | 950.809 | - | - | 950.809 |
| Debêntures | 1.094.068 | - | - | 1.094.068 |
| Outras obrigações - Swap Cambial | - | 20.195 | - | 20.195 |
| Total | 2.044.877 | 20.195 | 2.065.072 | 2.065.072 |

38.4 Informações sobre Liquidez

A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção de capital e facilidade na obtenção de empréstimos. A administração da liquidez é feita através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa e comparando os perfis de maturidade dos ativos e passivos financeiros.

38.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros derivativos

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, principalmente aqueles representados por operações com derivativos.

Uma vez identificados os riscos a serem mitigados, a Companhia busca os instrumentos mais adequados para contratar o *hedge*.

Os principais fatores que deverão direcionar a decisão do instrumento a ser utilizado estão listados a seguir:

- Situação de liquidez da Companhia;
- Condição de crédito junto ao mercado financeiro;
- Cenário de mercado.

Definido o objeto do *hedge* e o instrumento a ser utilizado, a Companhia especifica tais operações sempre seguindo as metodologias de mercado vigentes. O valor de mercado do *hedge* é calculado com base nos preços médios divulgados diariamente pela BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros) e considera a variação cambial do período com base na PTAX - V (câmbio médio divulgado diariamente pelo BACEN após o fechamento do mercado) do dia imediatamente anterior da data inicial e do período analisado.

Resumo das operações de Swap

Em 31 de dezembro de 2009 as operações contratadas pela Companhia podem ser resumidas como segue:

| Descrição | Valor de referência (nacional) | | | | Valor justo | | Efeito acumulado 31/12/2009 | |
|-----------------------------|--------------------------------|--------|------------------|--------|------------------|---------------|-----------------------------|------|
| | 2009 | | 2008 | | 2009 | | 2008 | |
| | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 | Valor a receber | Valor a pagar | 2009 | 2008 |
| Contratos de "swaps" | | | | | | | | |
| Posição ativa | | | | | | | | |
| Moeda | US\$ | 9,422 | R\$ | 26,876 | R\$ | - | - | - |
| Índices | Variação do US\$ | - | Variação do US\$ | - | Variação do US\$ | - | Variação do US\$ | - |
| Posição passiva | | | | | | | | |
| Moeda | R\$ | 47,071 | R\$ | 47,071 | R\$ | - | - | - |
| Índices | 100% do CDI | - | 100% do CDI | - | 100% do CDI | - | 100% do CDI | - |
| Posição passiva | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Como a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2009, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2009 foi extraída a projeção do indexador SELIC/CDI para o ano de 2010 e este definido como o cenário provável; a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2009 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

| SELIC/CDI | Cenário | | | | |
|-------------------------------|-----------|--------------------|------------------|----------------------|-------------|
| | Cenário I | Cenário II | Cenário Provável | Cenário III | Cenário IV |
| Posição em 31/12/09 | 4,94 | 7,41 | 9,88 | 12,35 | 14,82 |
| Aplicações Financeiras: | | | | | |
| Títulos e Val. Mobiliários | 1.070.411 | | | | |
| | 89.887 | | | | |
| Operação | | | | | |
| Aplicações Financeiras | Risco | Cenário Provável I | Cenário II | Cenário Provável III | Cenário III |
| Títulos e Valores Mobiliários | CDI | 52.878 | 79.317 | 105.757 | 132.196 |
| | SELIC | 4.440 | 6.661 | 8.881 | 11.101 |

Análise de sensibilidade das dívidas

Como a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2009, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2009, foi extraída a projeção dos indexadores CDI / IGP-DI / IGP-M / DOLAR e com base na curva futura da BM&F de 31 de dezembro de 2009, foi extraída a projeção da LIBOR, todos para o ano de 2010 e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2010. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2009, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

| Operação | Taxa de Juros | Saldo de Principal em 31/12/2009 | Projeção Despesas Financeiras - Ano 2010 | | | | | |
|---|-------------------|----------------------------------|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----|
| | | | Queda | | Aumento | | | |
| | | | de 25% | de 50% | Base Case | de 25% | de 50% | |
| DIVIDAS EM REAIS COM TAXA PRE-FIXADA | | | | | | | | |
| Bonds | 19,125% a.a. | 474.060 | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| Eletrobrás - Reluz | 5,00% a.a. | 551 | NA | NA | NA | NA | NA | NA |
| MOEDA ESTRANGEIRA | | | | | | | | |
| Resolução 96/93 (Bib's) | 6,00% a.a. | 103 | 1,310 | 0,870 | 1,740 | 2,175 | 2,610 | |
| CDI | | | | | | | | |
| Debêntures - 10ª Emissão | CDI+0,90% a.a. | 600.000 | 7,41% | 4,94% | 9,88% | 12,35% | 14,82% | |
| Debêntures - 9ª Emissão | CDI+1,75% a.a. | 250.000 | 23,22% | 16,94% | 29,57% | 35,79% | 42,07% | |
| Debêntures - 11ª Emissão | CDI+1,75% a.a. | 200.000 | 18,57% | 13,55% | 23,60% | 28,32% | 33,65% | |
| CCB - Citibank | CDI+1,20% a.a. | 300.000 | 26,09% | 18,59% | 33,59% | 41,09% | 48,59% | |
| CCB - Bradesco | CDI+1,50% a.a. | 600.000 | 54,12% | 39,08% | 69,16% | 84,21% | 99,25% | |
| TOTAL | | | 172.287 | 123.483 | 221.091 | 269.896 | 318.700 | |
| IGPDI | | | 3,38% | 2,25% | 4,50% | 5,63% | 6,75% | |
| Fundação Cesp | IGPDI+ 6,00% a.a. | 2.453.843 | 235.147 | 205.755 | 264.279 | 293.671 | 322.803 | |

38.6 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As operações da Companhia compreendem a distribuição de energia elétrica em 24 municípios, predominantemente da Grande São Paulo, incluindo a capital de Estado, atendendo a aproximadamente 6,0 (*) milhões de consumidores. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim descritos.

38.6.1 Risco de crédito

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam das faturas.

38.6.2 Riscos financeiros

A Companhia registra o montante de R\$ 100.136 (R\$ 244.539 em 31 de dezembro de 2008) referentes a operações vendidas com o Banco Santos S.A., o qual teve sua falência decretada em 20 de setembro de 2005. Em 11 de dezembro de 2008 a Companhia firmou acordo com a massa falida do Banco Santos S.A., pondo fim às ações judiciais em curso, o qual foi homologado em 22 de janeiro de 2009. Em decorrência desse acordo a Companhia realizou em janeiro de 2009 pagamento no valor de R\$ 151.200, quitando, desta forma, o saldo total relativo a tais contratos. Em razão de ter havido recurso contra a homologação, a Companhia está aguardando novos fatos para registrar a reversão do passivo remanescente, classificado como outras obrigações.

Os pagamentos de energia comprada de Itaipu também são afetados pela volatilidade do fator de risco de taxa de câmbio (dólar norte-americano), mas o resultado da Companhia está protegido através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA.

38.6.3 Risco de preço

Em conformidade com o contrato de concessão, a Companhia passa pelo processo de revisão tarifária periódica a cada 4 anos. Nos processos de revisão tarifária, a Parcela B deixa de ser apurada pela variação do IGP-M ajustado pelo Fator X e passa a ser calculada através de metodologias definidas pela ANEEL, apresentadas na Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006 posteriormente alterada pela Resolução Normativa nº 338, de 25 de novembro de 2008.

O resultado da segunda revisão tarifária periódica ocorrida em 2007 foi alterado através da Resolução Homologatória nº 674 de 1º de julho de 2008, no entanto, a exemplo do ocorrido em 2007 o resultado foi provisório. Em 2009 o resultado foi novamente alterado de forma definitiva através da Resolução Homologatória nº 832, de 16 de julho de 2009.

Na finalização do processo de revisão tarifária, a ANEEL efetuou ajustes em:

- 1. Custos operacionais definidos através do modelo da Empresa de Referência;
- 2. Receitas Irrecuperáveis;
- 3. Base de Remuneração Regulatória;
- 4. Perdas Elétricas Regulatórias e;
- 5. Fator Xe.

A metodologia de cálculo do 2º ciclo de revisões tarifárias das Distribuidoras foi objeto Audiência Pública da ANEEL nº 052/2007, aberta em dezembro de 2007, e que teve como resultado a Resolução Normativa nº 338, de 25 de novembro de 2008.

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pela aplicação do Fator X.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou através da Resolução Homologatória nº 846, de 30 de junho de 2009, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Companhia resultantes do processo de reajuste tarifário de 2009, cujo aumento médio foi da ordem de 14,88%, correspondendo a um efeito médio de 13,03% percebido pelos consumidores.

38.6.4 Risco de mercado

O portfólio de contratos de energia de 2009 consiste nos seguintes componentes: Contratos Bilaterais da controlada Eletropaulo com AES Tietê e AES Uruguaiana e outros pequenos geradores (encerrados em junho); Contrato de Itaipu e Proinfra; e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's decorrentes do 1º, 2º e 4º Leilões Públicos de Energia Existente realizados em dezembro/2004, abril/2005 e outubro/05, respectivamente, do 1º e 2º Leilões de Energia Nova realizados em dezembro/2005 e junho/2006 e do 9º Leilão de Ajuste realizado em fevereiro/09. De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, as distribuidoras devem efetuar contratos regulados de compra de energia somente através de leilões públicos federais, com duração estabelecida pelo próprio MME, de três a quinze anos para energia proveniente de empreendimentos existentes e, de quinze a trinta anos, para energia proveniente de novos empreendimentos de usinas térmicas e hidrelétricas, respectivamente.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devam garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e três por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da Distribuidora. Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão de 5 anos da carga e à expectativa de preços futuros. Tais fatores podem implicar em penalidades por insuficiência de contratação, quando a contratação for inferior a 100%, e em custos não repassáveis às tarifas de fornecimento quando a contratação for superior a 103%. Para mitigação desses riscos, há instrumentos de contratação de energia elétrica previstos pela regulamentação tais como leilões de ajuste, MSCD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Débitos), opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004, e (iii) outras variações de mercado.

A estratégia de suprimento de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 103%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atender todos os clientes cativos. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração e gestão dos riscos de volume e preços, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

</

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Andrew Martin Vesey
 Francisco Jose Morandi Lopéz
 Lucio da Silva Santos

Britaldo Pedrosa Soares
 Presidente do Conselho
 Andrés Ricardo Gluski Weilert
 Helena Kerr do Amaral
 Eduardo de Vasconcellos Correia Anunciato
 Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

Luis Felipe Alfonso Cerón Cerón
 Pedro Roberto Cauvilla
 Peter Greiner

CONSELHO FISCAL

Sebastião Bergamini Junior
 Roberto Lamb

Ricardo Berer
 Presidente do Conselho

Marcus Pereira Aucélio
 Marcio Luciano Mancini

DIRETORIA

Sheilly Caden Contente
 Diretora Vice-Presidente
 Cibele Castro
 Diretora Vice-Presidente

Britaldo Pedrosa Soares
 Diretor Presidente
 Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
 Diretor Vice-Presidente
 Jorge Luiz Busato
 Diretor Vice-Presidente

Rinaldo Pecchio Junior
 Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Airton Ribeiro de Matos
 Diretor de Controladoria Corporativa
 Newton Akira Fukumitsu
 Contador - CRC 1SP 190768/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, com base nas informações e esclarecimentos da auditoria externa e com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e considerando, ainda, o Parecer dos Auditores, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. datado de 5 de fevereiro de 2010, opina que as Demonstrações Contábeis, o Relatório Anual da Administração e a Proposta de Destinação do Resultado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, em todos os seus aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciadas pelos acionistas da Companhia, quando da Assembléia Geral Ordinária prevista para ocorrer em 30 de abril de 2010.

São Paulo, 11 de março de 2010
 Ricardo Berer - Presidente
 Sebastião Bergamini Junior
 Marcus Pereira Aucélio
 Roberto Lamb
 Márcio Luciano Mancini

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Acionistas e Administradores da

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
 São Paulo - SP

Examinamos os balanços patrimoniais da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendem: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os fluxos de caixa e o valor adicionado nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2010



ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S.S.
 CRC-2SP015199/O-6

José Antonio de A. Navarrete
 Contador CRC1SP198698/O-4

Aderbal Alfonso Hoppe
 Contador CRCSC020036/O-8 S-SP

Orgulho é ter nossas atitudes reconhecidas por quem mais importa: nossos clientes.

A AES Eletropaulo foi eleita a melhor distribuidora de energia elétrica do Sudeste na satisfação do cliente, segundo pesquisa da ANEEL*. Conquista que comprova a importância de nossas atitudes para cada um dos consumidores e nos incentiva a propagá-las cada vez mais.

* Agência Nacional de Energia Elétrica.



A nossa atitude é fazer a diferença nas comunidades!

A AES Brasil é mais responsabilidade social

Mais de 6,7 mil crianças, adolescentes e adultos são beneficiados pela Casa de Cultura e Cidadania, projeto social que a AES Brasil mantém em São Paulo, Osasco, Lins, Barra Bonita, Caconde e São José do Rio Pardo. São espaços que oferecem atividades de teatro, dança, música, artes circenses e ginástica rítmica, além de oficinas de geração de renda e cursos profissionalizantes.

Vale a pena você conhecer um pouco mais sobre esse projeto de responsabilidade social.

Acesse
www.casadeculturaecidadania.com.br

 **AES Brasil**

AES Com Rio
AES Eletropaulo
AES Eletropaulo Telecom
AES Infoenergy
AES Sul
AES Tietê
AES Uruguiana